

Diário do Legislativo de 18/03/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 10ª Reunião Ordinária Interrompida - Comemoração do Dia Internacional da Mulher

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATA

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 13/3/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres, Maria José Haueisen e Ana Maria

Sumário: Composição da Mesa - Registro de Presenças - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Presidente - Apresentação Musical - Palavras da Deputada Ana Maria - Palavras da Deputada Cecília Ferramenta - Palavras da Deputada Jô Moraes - Palavras da Deputada Lúcia Pacífico - Palavras da Deputada Maria José Haueisen - Palavras da Deputada Maria Olívia - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras da Deputada Marília Campos - Palavras da Deputada Vanessa Lucas - Entrega de placas - Apresentação Musical - Palavras da Sra. Marta Nair Monteiro.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à mesa as Exmas. Sras. Desembargadora Márcia Milanez, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Juíza Vanessa Verdolim, representando o Presidente do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais; ex-Deputada Estadual pelo Estado de Minas Gerais, Marta Nair Monteiro; Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora Municipal dos Direitos da Mulher, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; e as Deputadas Ana Maria, Cecília Ferramenta, Jô Moraes, Lúcia Pacífico, Maria José Haueisen, Maria Olívia, Maria Tereza Lara, Marília Campos e Vanessa Lucas, autoras do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presenças

O locutor - Registramos as presenças, em Plenário, dos seguintes convidados e autoridades: Juiz Nepomuceno Silva, do Tribunal de Alçada; Desembargador Tibagy Salles de Oliveira, do Tribunal de Justiça; Adão Lino de Andrade, Presidente da 72ª Subseção da OAB-MG; Juiz Doorgal Andrada, Presidente da AMAGIS; Maria Denise Nunes de Oliveira, representante da UNIMONTES; Lidiane Duarte e Kátia Araújo, Promotoras de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais; Profª Cecília Nogueira, representando a Reitora da UFMG, Ana Lúcia Gazolla; Delegada Joana Margareth Leite Penha, representando o Delegado-Chefe da Polícia Civil, Dr. Otto Teixeira; Sra. Nilza Dorothea, representando a Associação Comercial de Minas Gerais; Ten.-Cel. Luciene Albuquerque, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Álvaro Antônio Nicolau; Ademir Lucas, Prefeito de Contagem; Juiz de Direito Nelson Missias Moraes; Tenente Gislaíne; 2ª-Tenente Cláudia; Maria de Lourdes Prata Pace,

Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Antônio David de Sousa Júnior, Secretário Municipal de Direitos de Cidadania; Marta Caetano, representando as mulheres cujas famílias sofrem os impactos da construção de barragens hidrelétricas; Consolação Rocha, representando a marcha mundial de mulheres; Vereadora Maria Lúcia Scarpelli, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Vereadores do PT de Betim, Eutair dos Santos, João Cruz, Wilson de Souza e Tio Pedro; e também o Vereador do PC do B de Betim, Geraldo Pimenta.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Senhoras e senhores, destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será interpretado pela cantora Glória Buzatti.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Neste momento, gostaria de passar a Presidência dos trabalhos à Deputada Maria José Haueisen e deixar registrada nossa sincera homenagem às ilustres parlamentares desta Casa e a todas as mulheres de Minas, por sua luta cotidiana por um mundo mais justo e solidário. Que a voz de cada uma possa representar o real sentimento de liberdade e de justiça que deve imperar na nossa sociedade!

Palavras da Sra. Presidente

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - Cumprimento todos os presentes nesta solenidade, os nossos companheiros e as nossas companheiras e amigas homenageadas na data de hoje, as autoridades presentes, os artistas que nos brindarão com sua música e os telespectadores.

Agradeço ao Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, por me conferir a honra de dirigir esta solenidade. Estou certa de que qualquer uma das nove Deputadas que aqui estão teriam essa honra imensa e cumpririam muito bem esse papel. Tenho certeza de que essa escolha caiu sobre a minha pessoa por ser a mais antiga desta Casa. Agradeço por estar, em nome de todas as Deputadas, conduzindo esta homenagem às nossas companheiras, especialmente às que escolhemos para representar tantas outras que conhecemos e que gostaríamos de homenagear.

A homenagem que ora prestamos à mulher, pela passagem do seu dia, numa iniciativa conjunta de todas as parlamentares desta Casa, torna-se, antes de motivo de festa, um apelo à reflexão. Se hoje registramos o maior número de Deputadas na história deste parlamento, numa natural consequência da maior participação da mulher nos diversos segmentos do mercado de trabalho, temos de reconhecer, inicialmente, que o avanço obtido é fruto de uma luta já secular.

Há algumas décadas apenas, a mulher não só não tinha acesso à vida política como também estava sujeita à tutela do pai, do irmão ou do marido. Era, na realidade, um ser destituído de voz e de vontade no seio da sociedade. A luta para se libertar das paredes da própria casa e do ridículo papel de rainha do lar, em busca da liberdade profissional e da expressão de suas idéias e ideais, tem sido lenta e cheia de percalços, e ainda está longe de ser considerada vitoriosa, apesar de todos os progressos obtidos em parte significativa dos países ocidentais.

Para penetrar nas malhas de uma sociedade patriarcal, trabalhando e conquistando lugares antes só permitidos aos homens, as mulheres que se julgam atualmente emancipadas compensam suas conquistas com uma sobrecarga de atividades. Enquanto constroem sua vida profissional, precisam também se desdobrar nos afazeres domésticos, cuidar da educação dos filhos e da organização familiar.

Portanto, é sempre útil recordar o significado do dia 8 de março, que foi instituído como Dia Internacional da Mulher para lembrar que, no mesmo dia, em duas ocasiões diferentes, trabalhadoras reivindicando direitos foram humilhadas e massacradas. É, portanto, ao luto e ao martírio que a data deveria se referir. O 8 de março de 1857 traz à memória um protesto em Nova Iorque contra os baixos salários, a jornada de 12 horas e o aumento das tarefas não laborais, protesto brutalmente reprimido pela força policial. Muitas trabalhadoras foram presas, e outras, esmagadas pela multidão em fuga.

As flores que hoje amenizam o caráter político e reivindicativo do Dia Internacional da Mulher evocam outro 8 de março, também em Nova Iorque, quando trabalhadoras de uma tecelagem declararam greve devido a condições insuportáveis de trabalho, ocupando a fábrica. Em reação, o dono prendeu-as ali, fechando todas as saídas. Um incêndio, talvez provocado, destruiu o local, deixando mortas 129 operárias.

Mas oficialmente é a socialista Clara Zetkin quem propõe, em 1910, em Copenhague, na Dinamarca, a criação de uma data para celebrar, em todo o mundo, as lutas da mulher, num período de transformações sociais e políticas, no bojo do movimento pelo sufrágio feminino. No ano seguinte, mais de um milhão de mulheres, na Áustria, na Alemanha, na Dinamarca e na Suécia participaram de uma manifestação em que, além do direito ao voto e ao acesso a cargos públicos, exigiam o direito ao trabalho e ao ensino vocacional e o fim das discriminações no ambiente profissional.

O apelo de Clara Zetkin às mulheres não pode ser visto como mero fato do passado e deve ser reforçado no momento atual, pois à luta pela igualdade dos direitos, na época, somava-se a luta pela preservação da paz mundial.

Às vésperas de uma nova guerra, que um esforço mais efetivo de negociação poderia evitar, as angústias e os anseios presentes nas reivindicações históricas do movimento feminino renovam o clamor pela imperiosa necessidade de paz e justiça no mundo.

Ao invés de os países serem pressionados para o cruel aperfeiçoamento de uma tecnologia a serviço de armas de destruição, seria preciso rever as condições de vida da mulher, em sua guerra cotidiana pela sobrevivência.

E se é preciso refletir sobre a situação feminina, há que se lembrar das muçulmanas submetidas a inúmeras atrocidades morais e impedidas até mesmo de exibir o próprio rosto; das africanas que não têm acesso aos medicamentos que evitariam sua destruição pelo vírus da AIDS, quando não são mutiladas sexualmente; ou de todas as crianças das nações pobres expostas ao trabalho infantil ou à prostituição. Dessa prostituição não escapam muitas brasileiras, vítimas da fome e da miséria, em um País onde os índices de violência contra a mulher atingem níveis alarmantes.

Como então comemorar o dia da mulher? É certo que elas estão, em número cada vez maior, nas escolas, nas universidades, no mercado de trabalho, mas seus salários ainda são mais baixos que os dos seus colegas homens. Estão nos parlamentos, nas Prefeituras, mas ainda são raras nos Ministérios, no Governo dos Estados ou nas cortes superiores de justiça. Nem se ouve falar seriamente na possibilidade de uma mulher no comando da República.

Que se retome, então, com seriedade o exame da condição feminina neste século e meio que se passou desde que as primeiras vozes de protesto das mulheres foram silenciadas pela força.

Que estes versos de Adélia Prado possam expressar nossa homenagem às colegas parlamentares e a todas as mulheres de Minas que tentam colorir a vida com as cores da liberdade, da paz e da justiça: **"Quando nasci um anjo esbelto,/ desses que tocam trombeta, anunciou: /-Vai carregar bandeira./ Cargo muito pesado pra mulher,/ esta espécie ainda envergonhada./ Aceito os subterfúgios que me cabem,/sem precisar mentir./ Não tão feia que não possa casar,/ acho o Rio de Janeiro uma beleza e /ora sim, ora não, creio em parto sem dor./ Mas o que sinto escrevo./ Cumpro a sina./ Inauguro linhagens, fundo reinos/(dor não é amargura)./ Minha tristeza não tem pedigree, /já a minha vontade de alegria,/ sua raiz vai ao meu mil avô./ Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem./ Mulher é desdobrável./Eu sou."** Muito obrigada.

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, ouviremos a apresentação do Coral da ASLEMG, sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à apresentação do Coral da ASLEMG.

Palavras da Deputada Ana Maria

Antes que tivesse nascido já a conhecia e chamava pelo nome: esperança. Esperança é o nome que Deus deu para todas nós, mulheres. Já nos conhecia por esse nome antes mesmo que existíssemos. Hoje, comemorando o Dia Internacional da Mulher, quero partilhar com todas o dia da esperança. Porque só a nós Deus deu a possibilidade da criação e da geração de nova vida. E cada nova vida traz em si uma possibilidade de mudança, de mundo novo, de vida nova e de mundo mais humano. Sintam todas vocês a esperança que Deus colocou neste nosso mundo.

Cumprimentando a Deputada Maria José Haueisen, que ora preside esta Mesa, cumprimento todas as nossas amigas Deputadas que vieram homenagear as nossas amigas. Cumprimento as homenageadas e os convidados que vieram aplaudi-las. Não quero falar do desempenho profissional de Mara Denise Ribeiro de Moraes, nossa grande homenageada. Não quero focalizar as atividades desenvolvidas como funcionária da Assembléia e o quanto esta Casa lhe deve, por seu talento, sua experiência, sua competência e pelo histórico de sua contribuição à grandeza do Legislativo.

Quero enfatizar, Mara, que seu sucesso se deu em função de suas qualidades pessoais, características da mulher que você é, que sabe que as coisas melhores e mais importantes só são conseguidas se ao trabalho agregarmos nosso amor, carinho e determinação de mulher e mãe. "Meu filho, faça o que fazes com doçura, e mais que a estima dos homens ganharás o afeto deles" (Ecl. 3-19).

Esta platéia que veio prestar homenagem a você, Mara, é a certeza de que conquistou não só o respeito dos seus colegas funcionários desta Casa, mas também a sua amizade e afeto.

O feixe de luz que mulheres como Mara Denise deixam são rastros que motivam umas e exemplos que incentivam outras tantas. A subserviência e a opressão não precisam fazer parte de nossa vida. Haveremos, Mara Denise e demais colegas, de continuar nossas ações para mudar o modelo de educação reinante: educação que leva à competição e não à solidariedade, competição que leva à discriminação e esta à baixa auto-estima, que, por sua vez, é a fonte da infelicidade.

A educação que queremos é aquela que nos leva à solidariedade, à fraternidade, que constrói a inclusão enriquecedora exatamente pelas diferenças que existem entre as pessoas.

Diferenças de cor, sexo, estatura, origem, raça, nação, enfim, diferenças que nos fazem apenas diferentes uns dos outros. Nem melhores, nem piores. Pensando e agindo assim, estaremos mostrando e convencendo a todas as outras mulheres que nossa felicidade está bem ali, ao alcance de nossas mãos. Nosso caminho precisa ser traçado por nós, que fazemos o bem, que fazemos diferentes as coisas simples ou complexas, simplesmente porque nós, mulheres, somos diferentes. A você, Mara Denise, nossas homenagens e nosso enorme carinho. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Cecília Ferramenta

Cumprimentando a Deputada Maria José Haueisen, cumprimento as componentes da Mesa. Srs. Deputados, senhoras homenageadas, meus senhores e minhas senhoras, ao ocupar esta tribuna, sinto-me tomada por sentimentos de honra e responsabilidade. Honra, por dividir com todas as senhoras e senhores parlamentares o compromisso de trabalhar em prol de uma Minas Gerais melhor para todos os mineiros. Responsabilidade diante do dever de bem representar a todos aqueles que em nós confiaram e nos delegaram a missão de estar aqui discutindo os desígnios deste Estado, que tem enorme importância no cenário histórico e político nacional. Ocupar este lugar, especialmente num momento como este, quando participamos de uma sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher, faz esses mesmos sentimentos ganharem dimensão ainda maior.

A mulher tem, ao longo dos tempos, conquistado cada vez mais espaços na comunidade mundial, graças à coragem de assumir seus compromissos e lutar para fazer valer seus direitos. Mas, mais que alcançar esse objetivo, a mulher tem-se tornado o centro de equilíbrio da nossa sociedade.

O movimento feminista teve uma importância fundamental nas nossas conquistas. Mas hoje, nós, mulheres, temos um novo desafio, maior até que todos aqueles que aprendemos a superar. A mulher assume o papel de manter o equilíbrio de nossa sociedade, de trabalhar com os homens para construir um futuro mais justo e feliz. E, nesse aspecto, a família torna-se um instrumento essencial para essa transformação que todos buscamos. Ela representa o princípio universal da equidade, da paz e da solidariedade.

Se todos cultivarmos esses sentimentos em nossos lares, estaremos garantindo que o mundo encontrará a harmonia e que nossos filhos terão um futuro onde os conflitos não ganharão as proporções que hoje constatamos.

Nos poderes constituídos, a Justiça também representa o equilíbrio de nossa sociedade. Por isso, nada mais justo que a homenagem que esta

Casa presta à Dra. Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade. Primeira mulher a exercer a magistratura na Comarca de Ipatinga, a Juíza de Direito dirigiu o fórum da comarca, confirmando o pioneirismo que sempre marcou sua carreira. Sua atuação em nossa sociedade dispensa-nos de relembrar seus muitos predicados, mas vale ressaltar um: a coragem, esta característica peculiar entre as mulheres que decidiram assumir seu papel transformador em nossa sociedade e que o vêm fazendo com toda a determinação.

Concluo desejando a todas as homenageadas coragem para continuar na luta em busca da harmonia que tanto desejamos para nosso País e para o mundo. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Jô Moraes

Gostaria de homenagear a Mesa, inusitadamente composta apenas de mulheres. Peço licença à Presidente para homenagear uma pessoa que representou o pioneirismo, chegando aqui em 1962, arrombando estas portas e abrindo os espaços para nós: a querida Marta Nair. Cumprimento também nossas homenageadas, cuja energia transformadora nos mostra que somente aqueles que se dedicam a transformar o mundo com amor podem realizar os verdadeiros feitos. Cumprimento os homens presentes, Deputados, Prefeito, Secretário, cidadãos, pois sem eles nossa luta não avança. Cumprimento, especialmente, aos companheiros que atuam em frentes muito difíceis onde as mulheres são poucas, representantes das Forças Armadas das Polícias Militar e Civil, que também arrombam portas e constroem essa sociedade. Termino com uma homenagem especial aos movimentos de mulheres e órgãos presentes, Movimento Popular da Mulher, Conselhos Municipal e Estadual da Mulher, Rede Nacional Feminista, pois alimentam nossa luta e constroem nossa perspectiva de gênero em todos os momentos.

Peço licença para dirigir minhas primeiras palavras às mulheres iraquianas, palestinas, afegãs, muçulmanas. Sobretudo porque, se antes enfrentavam opressão cultural, hoje enfrentam o impasse e a impotência desesperada de mães que não sabem como defender a vida de seus filhos contra a insanidade do "imperador do mundo", que quer destruir tudo com suas bombas.

Quando falo de paz, também quero falar aqui. Defendo paz nas fronteiras, mas também nas ruas, nos nossos lares, e - sobretudo, pela minha homenagem especial - nos campos.

A música aqui cantada tocou-me muito, porque a minha homenageada vem daquela área que produz o nosso pão. Forjar do trigo o milagre do pão. Afagar a terra. São esses produtores da vida, alimentadores da humanidade, que vivem imensas dificuldades. Temos hoje 10 mil famílias acampadas; só este ano, 9 conflitos no campo. Apesar de estarem distantes, temos de compartilhar do desejo deles de terem sua terra e produzirem. Por isso, indiquei, na homenagem a essas mulheres do campo, a Maria Rita Fernandes.

A Rita é uma pessoa simples, pequena, mas enfrentou cotidianamente os desafios do plantio do café, da atividade do reflorestamento, a construção da solidão e da fome, das dificuldades dos acampamentos, dos poderosos do campo. Está aqui, na sua humildade, construindo a organização dos trabalhadores rurais e insistindo em que é possível plantar e produzir para a humanidade, desde que o mundo lhes dê oportunidade.

Trago aqui o grito, que - tenho certeza - é dela. Nós, que alimentamos o mundo, queremos que ele nos permita viver. Cumprimento a todas e digo: Rita, a sua vida é uma lição para nós, de decisão, de vigor, de vitória, e, sobretudo, de esperança, porque é nossa esperança que mudará este mundo.

Palavras da Deputada Lúcia Pacífico

Deputada Maria José Hauelsen, que preside esta solenidade, em cuja pessoa cumprimento as demais Deputadas; Deputados, autoridades, senhoras e senhores, ao longo da minha vida, tenho tido o privilégio de conviver e aprender com mulheres fantásticas. Minha mãe, lutadora incansável, que legou aos 13 filhos um exemplo notável de determinação e fé. As companheiras do Movimento das Donas de Casa, mulheres admiráveis, que emprestam sua garra à luta pelo bem coletivo, numa lição continuada de cidadania e desprendimento. As minhas colegas Deputadas, mulheres idealistas que se dedicam, com paixão, à construção de uma nova realidade para milhões de homens e mulheres em toda a Minas Gerais. As funcionárias do meu gabinete, que tão bem me assistem e me dão respaldo, as funcionárias desta Casa, a quem estou tendo o prazer de conhecer, mulheres que reafirmam, dia a dia, o seu inalienável direito ao competente exercício da sua profissão.

Hoje, diante das nossas homenageadas e de tantas mulheres especiais, sinto-me honrada em participar deste momento solene em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Este ano, com todo o respeito que dedico a esta data, resolvi prestar minha homenagem à mulher que descobriu o verdadeiro significado da palavra solidariedade. À mulher que chega ao século XXI com a convicção de que tem nas mãos o poder de mudar, de renovar e de construir.

Presto minha homenagem à mulher que chega a esses novos tempos com a disposição de encarar os desafios e de botar a mão na massa; à mulher que chega aos novos tempos sem medo e sem constrangimento de assumir, com plenitude, sua condição de mulher, sua condição de guerreira, sua condição de cidadã.

Léa Faria de Abreu, minha homenageada nesta solenidade, é dona de casa, esposa, mãe, avó e também artesã. Antes de tudo, é uma cidadã de primeira grandeza. Sua vida inteira foi marcada por aquela discreta inquietação que incomoda as pessoas que enxergam o mundo sob a ótica do coletivo. Léa nunca se conformou com as coisas. Nunca se deixou levar pela crença cômoda de que é melhor deixar como está. Léa sempre se pautou pelo lema de que é possível fazer mais, é possível tentar mais, é possível querer mais.

Essencialmente solidária, arrumou tempo, arrumou disposição, arrumou parceiros e adotou um lema que traduz toda a ternura que dedica ao próximo: de coração a coração. É assim, de coração a coração, que Léa vem cumprindo a sua jornada, sempre fazendo, tentando e querendo mais.

Por contingências da vida e sorte nossa, Léa andou por muitas cidades de Minas Gerais. Viveu em várias delas. Essa perspectiva meio nômade permitiu que ela esparramasse sua solidariedade por cidades afora. Permitiu que ela plantasse sementes em várias terras.

Por exemplo, em Alfenas criou o Fraterno Auxílio Cristão - FAC -, entidade que trabalhava com mães carentes, a quem minha querida Léa ensinava as artes do corte e costura. Que autonomia Léa conferia à vida dessas mulheres, que, habilitadas a exercer uma profissão, passavam a encarar a sua própria existência com mais dignidade. Quanto valor se agregava à vida dessas mulheres, que passavam a se respeitar e a cobrar respeito. Quando havia doença, faziam visitas e levavam remédios. Quando havia abandono e miséria, levavam alimentos, roupas e mãos amigas. Quando havia violência, levavam informações e traduziam sua própria indignação em estímulo para que houvesse denúncia, para que houvesse justiça.

Em Uberaba, criou o Clube de Mães Alzira de Oliveira, em homenagem à sua mãe já falecida. Com 20 anos de atuação, foi o primeiro clube

ecumênico da cidade. E ainda atende a cerca de mil pessoas por ano.

Em 1999, Léa, retornando com a família a Belo Horizonte, criou o atual Clube de Mães Santa Edwiges, com atuação junto a 70 famílias no Bairro Cachoeirinha. As atividades ali são diversificadas. Elas buscam atender às necessidades mais prementes daquela comunidade. O Clube de Mães Santa Edwiges promove cursos, distribui cestas básicas para os mais necessitados, doa enxovais aos recém-nascidos, roupas, calçados e remédios a quem precisa. Resgata a auto-estima de mulheres simples que já não acreditavam na sua própria condição de agir e de interagir. Resgata a dignidade de mulheres simples que já não acreditavam na sua própria condição de cidadãs.

Assim é Léa Faria de Abreu, mulher admirável a quem eu rendo hoje as minhas especiais homenagens. Assim é Léa Faria de Abreu, que nos dá uma lição de vida quando mostra como é possível conciliar sonho e ação.

Minha querida Léa. É um privilégio acompanhar a sua caminhada e observar o seu crescimento contínuo. É um alento constatar a sua determinação. É uma alegria contabilizar as suas conquistas. É uma honra contar com a sua amizade e pertencer à sua história.

Parabéns a você e a todas as mulheres que nos prestigiam com a sua presença. Muita obrigada.

A Sra. Presidente (Deputada Ana Maria) - Com a palavra, a Deputada Maria José Hauelsen.

Palavras da Deputada Maria José Hauelsen

Volto ao microfone para prestar homenagem especial a minha convidada.

Diz a bíblia que a árvore boa dá bons frutos. Acredito que a Sra. Olívia Áurea Tureta, presente entre nós, sem dúvida nenhuma, com a colaboração do Sr. Jorge Tureta produziram o bom fruto que está aqui hoje. A nossa homenageada é a Dra. Márcia Helena Tureta, que sem dúvida, nos mostra a capacidade e a coragem de uma mulher para ocupar qualquer setor de trabalho, onde seja colocada.

A Dra. Márcia Helena é natural de Muriaé. Formou-se em advocacia e assumiu um trabalho que, muitas vezes, é considerado pesadíssimo para os homens e onde as mulheres raramente estão - numa delegacia de polícia. Há 12 anos, essa filha de Muriaé está conosco em Teófilo Otôni, mostrando a sua capacidade no trabalho com crianças e adolescentes infratores e, também, com criminosos que cometeram homicídios.

Trabalhar em um ambiente democraticamente arejado, onde reina uma certa tranqüilidade, por maiores que sejam as preocupações e as dificuldades, é muito mais prazeroso, com certeza, do que trabalhar em um ambiente onde sempre os conflitos aparecem. E, aliás, somente conflitos aparecem. São crianças que estão perambulando pelas ruas e começam a enveredar na vida criminosa. São adolescentes, frutos de famílias desestruturadas, que terminam também enveredando pelo crime. São casos de homicídios, quem sabe quantas vezes dolorosíssimos, que chegaram ao conhecimento da Dra. Márcia Tureta e com os quais ela lidou.

Já tive a oportunidade de presenciar, na Delegacia de Teófilo Otôni, a atitude da Dra. Márcia Helena ao receber um jovem, ainda criança, entre a infância e a juventude que despontava, um adolescente. Causou-me espanto e admiração a maneira como a senhora o acolheu, carinhosamente, quase como se fosse sua mãe, dizendo: "Fulano, quantas vezes você já esteve aqui comigo? Fulano, quantas vezes precisamos conversar e conversamos tanto? Por que você volta hoje?". E a criança, sabendo que mais uma vez seria repreendida, calou-se e ficou esperando a nova conversa com a Dra. Márcia Helena. Retirei-me logo em seguida da repartição, mas pude presenciar um fato que me impressionou - a maneira como ela acolheu uma criança que, com certeza, não era a única responsável pelos seus atos.

Quantas vezes os adolescentes e as crianças, sem nenhuma estrutura familiar, sem ninguém que os acolha, recebem da sociedade que os criou e os formou desaforos e grosserias? E a Dra. Márcia Helena acolhia mais uma vez aquele menino, tentando recuperá-lo para a vida.

Quando me foi dada a oportunidade de escolher a homenageada, teria a possibilidade de indicar muitas outras, mas veio logo à minha mente aquela cena que presenciei na Delegacia de Teófilo Otôni. Então, disse que a Dra. Márcia seria a minha convidada. Quando fiz contato com ela, soube que estava licenciada porque havia fraturado o pé; mas aceitou, com alegria, a homenagem. Ponderei que talvez pudesse receber a homenagem sem precisar vir aqui. Ela, prazerosamente e com alegria, se comprometeu a estar presente aqui, hoje.

Aí, mais uma mostra da sua garra e disposição para a luta: vir de Teófilo Otôni a Belo Horizonte, para receber uma homenagem, mesmo estando com dificuldade de locomoção. Dra. Márcia, agradecemos a sua luta em benefício de tantas crianças e jovens da nossa cidade. Tomara que o seu exemplo de grandeza e dedicação chegue a todos nós, homens e mulheres, quando tivermos de lidar com crianças e adolescentes infratores. A nossa homenagem, de todas as mães e mulheres, sobretudo daquelas que têm filhos em situação de risco e com dificuldades. Muito obrigada.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Hueisen) - Com a palavra, a Deputada Maria Olívia.

Palavras da Deputada Maria Olívia

Sra. Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, minhas companheiras de Mesa, demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, pela décima terceira vez aqui estou, para que a Assembléia Legislativa preste homenagem à mulher mineira. Não se trata de estarmos legislando em causa própria. Não estamos aqui homenageando a Deputada ou as Deputadas. Estamos aqui homenageando a mulher mineira. Com toda sinceridade, gostaríamos de que não fosse necessária esta homenagem na Assembléia Legislativa para que a mulher tivesse voz e pudesse dizer que precisa ser mais respeitada.

Há 12 anos, cheguei a esta Casa, quando aqui encontrei três companheiras. No decorrer deste tempo, algumas foram e algumas retornaram, como a Deputada Maria Tereza Lara e a Deputada Maria José Hauelsen, companheira de primeira hora, desde quando aqui a encontrei. Hoje, a Assembléia Legislativa conta com uma bancada de dez mulheres.

Como dizia o grande mestre, "Minas são muitas". E são muitas as mulheres de Minas. Mulheres bravas, que lutam e trabalham. Mulheres do Norte, do Jequitinhonha, do Sul, do Triângulo Mineiro, da Zona da Mata e do meu Oeste de Minas. São mulheres que trabalham e estão em pé de igualdade. Quantas de nós estão sustentando as nossas famílias? Quantas são abandonadas pelo esposo? Quantas estão aí sem emprego, em desespero? Quantas estão vendo o filho morrer de fome, desnutrido?

Talvez minhas bisnetas não tenham de se revelar no Dia Internacional da Mulher. Enquanto isso, esta Casa, unida, deve se manifestar. Presto homenagem a todas as mães que têm um filho especial, principalmente as que não percebem sua excepcionalidade. Trouxe, de Lagoa da Prata, da terra do sol e do canavial, minha homenageada, não por ser conterrânea, mas por ser uma grande mulher. Tem uma filha muito especial,

Isamim, sobre quem falei emocionadamente. Mulher que se uniu a 12 pais de filhos especiais, Isamim Couto Coelho criou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - em Lagoa da Prata. Como Presidente da APAE, permaneceu no cargo durante 14 anos e, como Vice-Presidente, 3 anos. Hoje é diretora financeira da Federação das APAEs de Minas Gerais. Na gestão 2000-2003, é a segunda diretora; apesar de ser frágil, é corajosa e tem muita fibra, pois cuida de 8.600 pessoas por intermédio da APAE. Na área escolar, tem 360 alunos e 820 usuários; percorre Minas Gerais de Norte a Sul, de Leste a Oeste, incentivando e fazendo com que as famílias criem as APAEs. Isamim, você é o orgulho da nossa cidade, o alicerce da área social. Lembro-me do Denílson, que, embora portador de deficiência, é uma criança de inteligência rara e, se não fosse a APAE, não se tornaria escritor. Parabéns, Denílson, que Deus te dê muitos anos de vida e alegria! Nós, que sempre estivemos com você, conhecemos suas dificuldades. Infelizmente, o poder público deixou de lado as APAEs, as creches e os asilos.

Como sou defensora da terceira idade, tenho a honra de abraçar a primeira Deputada eleita em Minas Gerais, D. Marta, a primeira a entrar neste Plenário. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Ao cumprimentar a Deputada Maria José Haueisen, cumprimento todas as outras Deputadas, as mulheres presentes, as representantes dos movimentos organizados e as lideranças. Cumprimento também os homens: Deputados, Prefeitos, Vereadores e lideranças.

Se, no início do século, o dia 8 de março marcava a luta pelo direito do voto, 1988 marcou a luta por igualdade legal. Agora 8 de março é marca da luta pela divisão igualitária do espaço de poder.

Sempre digo que nós, mulheres, temos que ocupar 50% do espaço do poder, para colocá-lo a serviço de uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Por isso, todas as companheiras que ocupam espaço, sobretudo em setores eminentemente masculinos, estão contribuindo para que essa fraternidade se torne uma prática e uma realidade.

Mas não basta ser mulher. É preciso que façamos militância e uma atitude política libertadora e não opressora. Os postos de comando que nós mulheres conquistamos têm que ser transparentes, colocados a serviço do bem comum, em defesa de políticas públicas elaboradas de baixo para cima. Mas não basta apenas ser mulher. É preciso que nossa presença, na vida pública, nos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, tenha a marca da cidadania constituída, construída e conquistada.

Nesse contexto, escolhi a Beatriz Cerqueira – a Bia –, Diretora do Sind-UTE, mulher de garra, professora e sindicalista combatente, que tem colocado seu espaço de poder a serviço da valorização do magistério e da construção da cidadania, por meio da organização de nossa categoria. Na sua pessoa, quero homenagear cada mulher deste Estado e deste País.

Quero homenagear cada professora, pedagoga, auxiliar de serviços gerais, cada auxiliar de secretaria que luta por uma educação de qualidade; mas também quero homenagear cada mãe, cada funcionária desta Casa, operária, trabalhadora e cada desempregada. E, mais ainda, na pessoa da Bia, presto homenagem ao nosso Sindicato dos Trabalhadores em Educação, constituído na sua grande maioria por mulheres, desde a sua fundação.

Quem não se lembra do rosto simbólico de um dos movimentos mais importantes do País, em 1979, de trabalhadores e trabalhadoras em educação, o qual deu origem ao Sind-UTE? Era de uma mulher, e, desde então, milhares de mulheres ingressaram nessa luta.

Bia, permita-me, na sua pessoa, homenagear todas as outras sindicalistas, como as do Sind-Saúde e as de outros sindicatos, e também todas as mulheres que têm coragem de sair de casa e de se organizar em defesa de seus direitos; que não cruzam os braços diante das injustiças, da exclusão, dos interesses mesquinhos.

Na sua pessoa, quero homenagear cada mulher que veio aqui hoje e também ser solidária com as agentes de saúde da cidade onde resido, Betim, que foram contratadas pela Prefeitura Municipal, após serem escolhidas e eleitas pela comunidade, e que davam sua vida para uma saúde pública de qualidade. Agora, próximo ao Dia Internacional da Mulher, receberam de presente o desemprego.

Companheiras, a luta é árdua, mas não percam a esperança!

Creemos em um Deus que caminha com seu povo, ou seja, conosco, que há de depor do trono os poderosos e de exaltar os humildes. Mas, para isso, precisa de nós, da nossa participação, organização e união. Por isso, continuem a luta com determinação. Contem Conosco. Construiremos a paz tão sonhada, quando for alicerçada na justiça, no respeito aos direitos humanos, na liberdade de expressão, no direito ao emprego e de sermos felizes, sem exclusão. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Marília Campos

Sra. Presidente e companheira Deputada Maria José Haueisen e todos os presentes, boa-tarde. Peço permissão para contar uma pequena história. Homenagearei uma querida amiga, companheira, Wanda Nogueira Miranda, que está presente.

A sensibilidade do poeta Chico Buarque de Holanda imortalizou a estilista Zuzu Angel por meio da canção Angélica. O refrão insiste: "Quem é esta mulher?" E a resposta não vem através de metáforas. Trata-se da mãe determinada e corajosa que se dedicou incansavelmente até desvendar o desaparecimento e morte do seu filho Edgard Angel Jones, preso político, em 1971. Foram anos de chumbo e muitas outras mães choraram seu filhos e filhas na luta pela liberdade. E muitos homens e mulheres deram as suas vidas durante o longo processo que culminou na redemocratização do Brasil.

Mas, feita a longa travessia, temos agora de continuar a conviver com o medo e a insegurança, porque outros são os tempos e os perigos. A marginalidade espreita-nos nas esquinas das grandes cidades e muito temos a temer. Principalmente nós, mulheres, que, cada vez mais, ocupamos o nosso espaço. Isso faz com que o 8 de março seja um momento de celebração de conquistas, e, sobretudo, um grito de protesto e de reflexão diante dos obstáculos que nos desafiam.

Não poderemos ficar tranqüilas enquanto acontecem histórias como a ocorrida em 25/5/99. Nesse dia, a bancária Elizabete da Silva Nogueira saiu da agência do Banco em que trabalhava no Shopping Del Rey e não chegou em casa. Tinha 36 anos e três filhos. Com o seu desaparecimento, começava para a família dias de incerteza e de angústia, que se arrastam até hoje. Não poderemos descansar tranqüilas porque essa história poderia ter acontecido com qualquer uma de nós.

Em 1999, outras 19 mulheres na Grande BH tiveram o mesmo destino trágico. Delas, sete foram encontradas mortas. Também nesse ano surgiu a Associação de Familiares e Amigos de Pessoas Desaparecidas.

A entidade tem como Vice-Presidente a Sra. Wanda Nogueira Miranda, que se tornou também a segunda mãe dos três sobrinhos, filhos da bancária Elizabete, que dizem que a mãe virou anjo e foi morar no céu. A versão das crianças prevalece como a única, já que a Polícia não conseguiu, quase quatro anos depois, apurar os motivos do desaparecimento.

Além de desdobrar-se nas tarefas de casa e na educação dos filhos Marcelo Augusto, de 14 anos, e Lígia Helena, de 17 anos, Wanda incorporou ao seu cotidiano a luta das famílias que clamam ao poder público solução para os casos de seus entes queridos. E, de forma incansável, continua buscando elucidar o mistério do desaparecimento da irmã. Wanda quer entender os motivos ou encontrar os responsáveis por tanta dor e sofrimento. Não se trata mais de apurar uma ou outra situação, trata-se de uma luta permanente, até que seja feita justiça, até que se apurem todos os casos.

Wanda simboliza aqui todas as mulheres que dizem "não" a todas as formas de violência. Wanda representa, com força e garra, a determinação de quem não se entrega e não se rende, de quem não se curva à dor e segue em frente desafiando impossibilidades. Você Wanda, minha amiga, companheira, é guerreira, batalhadora, corajosa. Receba nosso carinho, nossa admiração e homenagem. Conte conosco.

Palavras da Deputada Vanessa Lucas

Sra. Presidente, Deputada Maria José Haueisen, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, homenageados e convidados.

O trabalho anônimo, principalmente quando se trata de uma vida inteira dedicada à luta contra as dificuldades vividas pelas pessoas mais carentes, nem sempre vem acompanhado do devido reconhecimento.

A exemplo de Irmã Dulce, Madre Tereza e tantas outras que deram a vida pelo bem-estar dos mais pobres, destaco o trabalho de Irmã Margarida Generoso, incansável religiosa que, aos 80 anos, ainda dirige a Obra Social Dom Bosco, da Congregação Salesiana, instalada no Bairro Eldorado.

Há 28 anos, depois de percorrer os Estados de São Paulo, Goiás e o Distrito Federal, Irmã Margarida Generoso instalou-se em Contagem. Por 18 anos foi Diretora da Escola Estadual Helena Guerra; convivi com ela, tendo sido aluna daquela unidade de ensino, e conheço seu trabalho, trabalho esse que foi estendido a todo o Município de Contagem e cidades vizinhas, por meio da Obra Social Dom Bosco, que Irmã Margarida dirige há 10 anos.

Ao ocupar esta tribuna para homenagear essa religiosa que, desde seus primeiros anos, dedica especial atenção à causa das crianças e adolescentes pobres, sinto imensa alegria. Não foram poucos os menores, especialmente aqueles em situação de risco, atendidos pela Obra Social Dom Bosco. Além de receberem assistência médico-odontológica, psicológica, acompanhamento escolar e cursos diversos, entre outras atividades, com participação da família, puderam resgatar a auto-estima e tornaram-se cidadãos participativos e profissionais competentes.

Alcançar esse objetivo não foi fácil, mas tornou-se possível porque Irmã Margarida tem, ao longo dos anos, primado pela abertura ao novo e pela criatividade, quando a busca é pelo bem das crianças e adolescentes carentes, em especial das meninas de rua. Por essa razão, a Obra Social Dom Bosco já conta com três casas-lar, experiência significativa para o resgate da dignidade da criança. Lá, com a experiência do afeto, do limite e da vivência em família, a criança encontra o clima ideal para o desenvolvimento de suas potencialidades.

O sucesso do trabalho desenvolvido por Irmã Margarida e o seu grande significado no resgate da dignidade da criança fizeram com que outras unidades de atendimento aos menores fossem criadas: o Centro de Acolhida Chiara Palazzoli, em Nova Contagem; o Centro de Atenção à Criança e Adolescente de Nossa Senhora Auxiliadora, em Nova Contagem; e a Obra Social Nossa Senhora Auxiliadora, no Parque São João. Ali, com a experiência do afeto, do limite e da vivência em família, a criança encontra o clima ideal.

Eu poderia descrever ainda, Sras. e Srs. Deputados, centenas de ações e de qualidades de Irmã Margarida. Sabemos que, pela grandiosidade de seu coração acolhedor e pela postura empreendedora, sua idade cronológica não a limitará no que diz respeito à sua opção pelos mais pobres.

Mas sabemos também que é preciso que haja mobilização do poder público e de todos os segmentos da sociedade, para que exemplos como o de Irmã Margarida Generoso, a quem rendemos as nossas homenagens, espalhem-se pelo País e pelo mundo, para que todos nós, independentes de idade, cor, sexo, raça e poder, possamos ter uma vida mais digna e melhor.

Parabéns, Irmã Margarida, por mostrar que a criança é o presente da Nação, e não apenas o futuro do amanhã, como muitos defendem em seus discursos.

Muito obrigada a todos.

Entrega de Placas

O locutor - Em homenagem da Assembléia Legislativa à mulher, as Deputadas desta Casa farão a entrega de placas comemorativas com o seguinte teor: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais reconhece o valor imprescindível da mulher que se desdobra para enfrentar as batalhas diárias com a infindável força de quem tem fé na vida. A homenagem do Poder Legislativo Estadual a todas as mulheres que contribuem para a construção de uma sociedade justa, solidária e generosa."

Convidamos a Deputada Maria Tereza Lara para entregar a placa à Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, Bia. Beatriz Cerqueira é coordenadora do Sind-UTE-subsele Betim e Diretora do Sind-UTE estadual. Sua atuação na área da educação merece destaque. Na rede municipal de Betim, atuou como alfabetizadora de crianças, jovens e adultos. É uma das articuladoras do primeiro escritório regional do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP. Militou na Pastoral da Juventude até os 18 anos e coordenou o primeiro pré-vestibular alternativo para alunos carentes.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Vanessa Lucas para entregar a placa à Irmã Margarida Generoso. Irmã Margarida Generoso, da Congregação Salesiana, é uma empreendedora da área social. Há 28 anos assumiu a direção da Obra Social Dom Bosco, em Contagem. Hoje, a obra conta com três casas-lar, um núcleo de apoio e um espaço escolar, favorecendo crianças e adolescentes carentes.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Maria Olívia para entregar a placa à Sra. Isamim Couto Conçalves Coelho. Isamim Coelho é Presidente da APAE de Lagoa da Prata. Foi, junto com mais 12 pais, uma das fundadoras da Associação e atuou como Diretora-Presidente da entidade durante 14 anos e como Vice-Presidente por 3 anos. É também Diretora Financeira da Federação das APAES de Minas.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Lúcia Pacífico para entregar a placa à Sra. Léa Faria de Abreu. Dona de Casa, mãe, avó e artesã, Léa Faria acredita no potencial humano e no papel essencial da mãe na promoção social. Em Alfenas, fundou a entidade Fraterno Auxílio Cristão, que serviu de modelo para a criação do Clube de Mães Alzira de Oliveira. O clube presta assistência educacional, de saúde e jurídica para aproximadamente mil pessoas, oferecendo a elas condições materiais e oportunidades de produzir e crescer socialmente. Criou, em 1999, o Clube de Mães Santa Edwiges em Belo Horizonte, nos mesmos moldes das entidades que o inspiraram.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Ana Maria para entregar a placa à Sra. Mara Denise Ribeiro de Moraes. Servidora aposentada da Assembléia de Minas, nossa colega Mara Denise Moraes contribuiu com o seu trabalho dedicado, ao longo de 32 anos, para o bom funcionamento da Diretoria de Pessoal. Especialista na condução de concursos públicos, ela coordenou, organizou e secretariou quase todos os concursos da Assembléia, desde 1975.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Maria José Hauelsen para entregar a placa à Sra. Márcia Helena Pimentel Tureta. Delegada de Polícia em Teófilo Ottoni, no Jequitinhonha-Mucuri, Márcia Helena Tureta atuou nas Delegacias de Crimes contra a Pessoa e na da Infância e da Juventude. Em 1997, foi promovida a Delegada de Polícia Classe II. Márcia Helena é advogada e professora de Direito Processual Penal na Fundação Educacional do Norte Mineiro.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Cecília Ferramenta para entregar a placa à Sra. Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade. A ação de Maria Aparecida no campo do direito é marcada pelo pioneirismo. Juíza da Comarca de Ipatinga, foi a primeira magistrada do município, além de ter sido a primeira mulher a exercer as funções de Delegada de Polícia na cidade. A defesa dos direitos humanos é um de seus compromissos, evidenciado ao determinar o fechamento da cadeia de menores que existia na comarca, em 1990, onde os adolescentes ficavam presos em condições desumanas.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Jô Moraes para entregar a placa à Sra. Maria Rita Fernandes de Figueiredo. Trabalhadora rural, Maria Rita Fernandes é integrante do Departamento de Política e Reforma Agrária da FETAEMG. Uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha, foi eleita para a Diretoria da entidade em 1986, e, em 1988, tornou-se Presidente. Também foi eleita por dois mandatos consecutivos para o Conselho Fiscal da FETAEMG.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Marília Campos para entregar a placa à Sra. Wanda Nogueira Miranda. Vice-Presidente da Associação de Familiares e Amigos de Pessoas Desaparecidas, Wanda Miranda é militante desde que sua irmã, a bancária Elizabeth Nogueira, desapareceu em 1999. A Associação, criada em 1999, trabalha com o auxílio da polícia, na busca de pessoas desaparecidas em Belo Horizonte.

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a canção "Maria, Maria", de Milton Nascimento e Fernando Brant, que será interpretada pela cantora Glória Buzatti.

- Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Presidente - Senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia, com o pronunciamento das nossas companheiras e amigas Deputadas, vimos que nove vidas foram apresentadas aqui. Vidas essas mescladas de resistência, luta, dedicação, compromisso e, sobretudo, vidas onde nunca faltou a esperança e onde o compromisso com um mundo melhor foi a luz que mostrou e continua mostrando o caminho.

Esta homenagem que prestamos às nossas companheiras, com certeza, seria a homenagem de tantas outras mulheres que estavam e ainda estão na luta, como tantas aqui, que não de encontrar esperança e resistência neste mundo que encontramos.

É bom lembrar que, quanto maior a participação das mulheres nas comunidades, sindicatos, associações e sobretudo nos partidos políticos, maior o fortalecimento de nossa luta. Estamos, hoje, com dez mulheres eleitas na Assembléia Legislativa. Dessas, uma foi convidada para ser Secretária de Estado: a nossa companheira, Deputada Elbe Brandão. As outras, encontram-se aqui, em atividade, defendendo Minas Gerais.

Lembramos também, de maneira especial, do nosso compromisso com as mulheres. Na semana passada, reunimo-nos com o Dr. Otto, Secretário de Defesa Social, buscando condições para que seja desvendado o mistério das 32 mulheres desaparecidas, entre elas a que foi citada aqui, Elisabeth da Silva Nogueira, cuja irmã encontra-se presente.

São 32 mulheres que morreram nos últimos tempos e ninguém sabe o que aconteceu. Falamos que morreram porque não acreditamos que estejam escondidas ou seqüestradas sem manifestação daqueles que provocaram a violência. Então, fomos até o Dr. Otto pedir providências para que estes mistérios fossem desvendados. Ficou combinado que o dia 8 de cada mês, dia simbólico para nós, será o dia de nossa luta na busca dessas mulheres desaparecidas, quando nos encontraremos com o Dr. Otto para obter alguma resposta.

No dia 19 de março, às 9h30min, na Comissão de Direitos Humanos, haverá uma discussão cujo tema é Violência de Gênero, na qual

lembraremos a violência explícita que acontece com as mulheres em todas as camadas sociais. Todas estão convidadas a acompanhar essa audiência pública.

Palavras da Sra. Marta Nair Monteiro

Meus queridos, distinta Mesa, estou vibrando de entusiasmo. Primeiro por essa homenagem tão merecida, feita justamente pelas mulheres Deputadas. Essa homenagem é para vocês que estão representando as mulheres de todo o mundo. Fui muito homenageada, citada três vezes, inclusive com algum engano, pois não estou na terceira geração, mas na quarta. Tenho 89 anos e dois meses. Acompanho os programas da TV Assembleia, da Câmara e do Senado, e vejo que todos estão desempenhando muito bem seu trabalho. Sempre fui contra o PT, porque já apanhei muito dele. Mas o PT amadureceu e estou muito feliz com o Presidente, que nos transmitiu nova esperança no dia da posse. Votei no outro. Mas, cheguei bem pertinho da televisão, para não perder absolutamente nada. E emocionei-me, chorei, bati palmas. Estou com muita esperança no partido e no Presidente.

Sei que não poderá fazer tudo o que prometeu, mas iniciará, e outros prosseguirão.

Agradeço a homenagem e o convite, não esperava compor a Mesa, mesmo porque tenho que comparecer a outra solenidade. Deputados Adelman Carneiro Leão, Paulo Piau, que parece estar sempre sorrindo - temos essa impressão pela televisão -, André Quintão, Vereador na época em que fui a mais idosa Vereadora do Brasil.

Fui a primeira Deputada em Minas, em 1962, depois da primeira greve de mulheres do Brasil. Liderei e tivemos aumento de 113%. Foi muito bonito!

Por isso, as professoras e funcionárias me elegeram Deputada. Fizem minha campanha em um mês e doze dias. Posteriormente participei de uma outra greve, em 1968, em pleno governo revolucionário, na vigência do Ato Institucional nº 5. Estive no DOPS, fui ameaçada e estava sem advogado. A polícia amanhecia em frente a minha casa e sempre me acompanhava. Era uma das Deputadas que mais tinha possibilidade de reeleição, mas fui impugnada, como comunista e subversiva, por causa da greve. Por isso, perdi a vontade e não me candidatei mais.

Em 1982, fui convidada, mas preferi ir para a Associação dos Aposentados, porque não concordava com o trabalho desenvolvido, na época, pela entidade. Lá não se ganha nada, nem um tostão, mas, infelizmente, ao alertar a Presidente de então de que não podia receber, o assunto foi parar na justiça.

Fui Presidente da Associação de Professores por 9 anos. Estive mais 13 anos na Associação dos Aposentados, 30 anos no magistério e 6 anos na Editora José Olympio. Trabalhei muito. Consegui tudo, mas via outras que não tinham aquele amor, aquela vontade e garra. Fiquei cardiopata grave, mas trabalhei, depois de tudo isso, por muitos anos. Não me arrependo. Da minha vida pessoal levo o amor da minha família e tenho muitos amigos aposentados e professores, apesar de os aposentados da minha geração serem poucos. Mas recebo muito carinho de todos.

Quero dar duas sugestões aos Deputados, ao Ademir Lucas, que foi meu companheiro também. A primeira, que, ano que vem, os homens homenageiem as mulheres. No dia deles, vocês os homenageiem. Não era nada feminista, mas, sem querer, fui predestinada, porque fui a primeira em muitas coisas.

Minha segunda sugestão é para a Deputada Maria Olívia, que abordou um assunto que me toca de perto. Graças a Deus, não tenho ninguém especial na família, mas tive vizinhos - dois irmãos especiais. Além disso, sou amiga da fundadora da APAE daqui e também da Heloísa, que até pouco tempo foi Presidente.

Quando era Deputada em 1962, 1963, idealizei um projeto pelo qual me apaixonei. O projeto começou a tramitar, mas um Deputado o engavetou. Veio a lei dizendo que a Assembleia não pode, ou seja, o Legislativo não pode apresentar projetos que onerem o Estado. Porém, dada a quantidade de APAEs que há em Minas e a solidariedade da sociedade, talvez esse trabalho pudesse acarretar a criação de fundações, imaginadas por mim, para dar assistência ao especial. Imagino a preocupação dos pais com o futuro desses especiais. Vivem freqüentemente preocupados com a situação do filho ou da filha na falta deles.

O meu projeto é muito simples e bonito. Quem é o Laudelino, que também nos está ouvindo? Meu projeto é a Fundação Helena Antipoff. Fui aluna da D. Helena, que me deu grande empurrão para a vida, ou melhor, para a liderança. Em virtude disso, dei o seu nome à Fundação. Foi minha professora de Psicologia. Essa Fundação abrigaria os especiais de ambos os sexos e de qualquer condição social, na falta e não dos pais. Para os que não pudessem pagar, o Estado pagaria, ou seja, a Loteria Estadual pagaria por esse especial. Os pais que pudessem contribuiriam com um tanto por mês. E, ainda, na falta deles, a herança que caberia ao especial ficaria para a Fundação. Assim, esse teria toda a assistência e ainda o sossego e a despreocupação dos pais.

Infelizmente, esse projeto foi engavetado, não passou. Porém, com a sociedade hoje tão solidária e a APAE tão difundida, talvez esse projeto pudesse vingar.

Tenho, como disse, 89 anos. Mas não é tão bom envelhecer. Quando a família é grande, vêm os filhos, os netos, os bisnetos e também um problema a cada dia. Às vezes é um que não quer estudar e outro que está doentinho, por isso não gosto. Porém, não quero morrer.

Quero dizer, principalmente para aquelas que estão solteiras, que, no meu segundo casamento, tinha 71 anos e o meu esposo 70. Foi lindo, lindo, lindo!

Resultou de um trote que passei, e nos apaixonamos mutuamente. Infelizmente os homens morrem mais cedo, porque não se cuidam. Os homens sabem que, a partir dos 35 ou 40 anos, precisam consultar para tratar da próstata e da bexiga. Como perdi os dois - um da próstata, e o outro da bexiga -, sempre aproveitei a oportunidade para alertar os machões, pois isso é machismo. Precisam consultar, porque tudo é curável no princípio. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Prezada Marta Nair, esteja certa de que, desde que a conheci, sempre a admirei. E o seu relato, hoje, nos causa mais admiração ainda, pela sua força, coragem, lucidez e pela esperança de vida que passa para todos nós.

De maneira especial, alegrou-me muito a referência feita ao nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sou fundadora do PT, como tantos outros companheiros que estão aqui, e encontramos em muitas pessoas e por muito tempo uma resistência, que de alguns era preconceito. Mas esse preconceito vai-se acabando. E vimos em seu pronunciamento nova qualidade, que descobri agora: não é opiniática, é capaz de mudar de idéia. Parabéns por mais essa qualidade.

As pessoas que mudam de idéia têm vida e estão se reciclando a cada dia. Há pessoas que nem querem pensar na possibilidade de mudança. A senhora, no entanto, ao perceber que valia a pena mudar de idéia, assim o fez, sem preconceito.

Sou professora e sempre acompanhei o seu trabalho. Daí a minha admiração.

É um prazer ver que há pessoas capazes de assumir atitudes de mudança, de trabalho, com a lucidez que a Dra. Marta Nair, apesar da idade, tem. Esteja certa de que será sempre a nossa eterna Deputada.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária, em 18/3/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.341, que institui o Programa de Apoio Financeiro à Escola Família Agrícola do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.347, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que menciona. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 71, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.466, que cria o Programa Estadual de Incentivo à Produção de Leite - PRO-LEITE. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao inciso I e ao parágrafo único do art. 5º e ao art. 6º, e pela manutenção do veto ao art. 7º.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.475, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis de sua propriedade nas condições que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.477, que autoriza a reversão do imóvel que especifica ao Município de Itaguara. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.479, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Gonzaga o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.484, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Carmo do Paranaíba o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.498, que altera os arts. 17, 20, 22 e 25 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 1º e 5º e pela rejeição do veto ao art. 2º.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.508, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Careagu os imóveis que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.513, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ibitiúra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.520, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das empresas controladas pelo Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 5ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 18/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 14 horas do dia 18/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 95/2003, da Deputada Ana Maria.

Finalidade: debater com os convidados a política de segurança pública do Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 18/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 85/2003, do Deputado Djalma Diniz; 126/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 129/2003, da Deputada Marília Campos; 139/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 141/2003, da Deputada Ana Maria; 152/2003, do Deputado Roberto Carvalho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 18/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 96 a 99/2003, do Deputado Célio Moreira; 102 a 105/2003, do Deputado Domingos Sávio; 115/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 121 e 122/2003, do Deputado Jayro Lessa; 123/2003, da Deputada Jô Moraes; 135/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 136/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 138/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 140/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 142/2003, da Deputada Ana Maria, e 151/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 19/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 132 e 133/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Finalidade: debater o desaparecimento de mulheres na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 19/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 19/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 114/2003, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 1/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 14 e 16/2003, do Deputado Weliton Prado; 28, 31 e 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 40/2003, do Deputado Leonídio Bouças; 47/2003, do Deputado Pastor George; 51/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 64/2003, do Deputado Leonardo Moreira; e 71/2003, da Deputada Maria José Hauelsen.

Sala das Comissões, 18 de março de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Chico Rafael, João Bittar e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/3/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 17 de março de 2003.

Chico Simões, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Bispo Gilberto, Durval Ângelo e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/3/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 17 de março de 2003.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.471 e 15.476

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonardo Quintão, Durval Ângelo, Alencar da Silveira Júnior e Dinis Pinheiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/3/2003, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres para turno único dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.471 e 15.476.

Sala das Comissões, 17 de março de 2003.

Olinto Godinho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Djalma Diniz, Doutor Ronaldo e Laudelino Augusto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/3/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 17 de março de 2003.

Maria Olívia, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 11/3/2003

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o cargo de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa faz com que eu tenha de assumir posições nem sempre muito confortáveis. Refiro-me, especialmente, ao Projeto de Resolução nº 232/2003, de autoria da Mesa da Assembléia.

O desconforto da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça deve-se, em primeiro lugar, à premente necessidade de informar ao Plenário que o referido projeto de resolução merece estudos mais acurados por esta Casa de leis. Sinto-me desconfortável porque tenho de afirmar aos colegas Deputados que, pelo texto apresentado ao exame, a Mesa pode estar sendo induzida a erro.

Em segundo lugar, não bastasse essa incômoda posição de vir a público criticar uma proposição da Mesa, incumbe-me informar que apresentarei, ao final de minha fala, requerimento solicitando a remessa do mencionado projeto de resolução à Comissão de Constituição e Justiça para exame, nos termos do Regimento Interno.

Não me arvo em dono da verdade. Não é do meu feito tal procedimento e nunca me atrevi a fazer afirmações levianas, principalmente na área do direito constitucional, seara em que aprendi a trafegar graças ao exercício de cargos públicos que me obrigaram a estudar mais de perto as Constituições da República e do Estado de Minas Gerais. Aprendiz, portanto, do Direito Constitucional, tenho pela Carta Magna da República e pela Constituição mineira, matriz de nossas leis, o respeito próprio de quem está em constante aprendizado. Por essa razão, tomo a liberdade de trazer à apreciação do Plenário uma informação e um requerimento.

A informação diz respeito ao conteúdo do Projeto de Resolução nº 232/2003. A Mesa da Assembléia apresenta um texto composto por quatro artigos. A síntese é muito bem-vinda e é essencial para a formulação dos textos legais. Ocorre, porém, que devemos estar atentos para não fazermos confusão entre a síntese exigida pelo texto legal – que podemos chamar de clareza da norma – e aquela que podemos chamar de síntese da conveniência – que constitui a apresentação de um texto com o objetivo de nele esconder o principal, de ocultar a sua essência.

Dos quatro artigos do Projeto de Resolução, os arts. 3º e 4º cuidam de repetir o que é igual em todo texto normativo, isto é, a cláusula de vigência, que determina a partir de quando a lei entra em vigor, e a cláusula revogatória, em que são apontadas as normas a serem revogadas a partir da vigência da nova lei.

Restam, assim, dois artigos: o primeiro e o segundo. No primeiro, em que se poderia pensar em brilhante poder de síntese, temos, na verdade, uma repetição do que a Constituição do Estado e o Regimento Interno da Assembléia já determinam. É tão pequeno o "caput" do art. 1º que posso lê-lo: "À Mesa da Assembléia compete a direção dos trabalhos da Assembléia Legislativa".

Não há, portanto, novidade alguma nessa afirmação. O que há de novo é a abordagem do parágrafo único do referido art. 1º. É nele, nesse parágrafo único, repita-se, que as coisas começam a fugir do controle. Ou, se analisado por outro lado, as coisas começam a ser terrivelmente controladas.

Explico-me. A estrutura administrativa da Assembléia Legislativa sempre foi objeto de lei. Como se trata de assunto de sua específica e própria competência, a Constituição do Estado determina que a lei destinada a cuidar de assuntos próprios do Poder Legislativo tramite e ganhe o "status" de norma legal em forma de resolução. Dessa maneira, toda resolução da Assembléia Legislativa é discutida e votada pelo Plenário, com o cumprimento de todas as formalidades procedimentais.

O referido parágrafo único do art. 1º inova esse procedimento e determina que a estrutura da Assembléia e as atribuições de suas unidades administrativas serão objeto de deliberação da Mesa.

Vejam os Srs. Deputados que a síntese é tão apertada que pode ser resumida na seguinte frase: o objetivo do projeto de resolução é retirar do Plenário o poder de decidir sobre seu próprio destino e transferir esse poder para a Mesa da Assembléia.

O projeto comete, a partir daí, um erro mortal para sua sobrevivência. Daí o meu entendimento de que a Mesa foi induzida a erro. Acompanhem, por favor, Srs. Deputados, meu raciocínio, para que eu possa demonstrar o que pode estar acontecendo. É simples. A justificativa do projeto de resolução afirma que o parágrafo único é proposto para que a Assembléia formule sua ação a partir da Emenda à Constituição Federal nº 32, de 11/9/2001. Ora, aqui as coisas ficaram muito apertadas para meu entendimento. Explico-me: A Constituição Federal sofreu, por meio da Emenda nº 32, reparos em nove de seus artigos. Como no caso específico, os artigos que foram alterados são os de números 48 e 84, somente a eles nos deteremos. Esclareço, contudo, que essa Emenda nº 32 foi a que reduziu a competência do Presidente da República para editar medidas provisórias.

Observe-se, então, o contexto da Emenda nº 32: ela foi editada para coibir abusos da Presidência da República e, a um mesmo tempo, resguardar ao legislador federal a possibilidade de o exercício da Presidência não ser engessado pelo Poder Legislativo. Assim, dos nove artigos que foram alterados pela Emenda nº 32, sete cuidam especificamente de medidas provisórias e da análise do veto pelo Poder Legislativo Federal. Nas demais, o art. 48 cuida do que compete ao Poder Legislativo com a sanção do Presidente da República e o art. 84 trata do que compete privativamente ao Presidente da República, sem interferência do Poder Legislativo.

O art. 48 está inserido no Título IV que cuida da Organização dos Poderes. Ele é o primeiro artigo da seção que cuida das Atribuições do Congresso Nacional. Seu "caput" assim está redigido: "Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, (...) dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:" Aí são listados 15 incisos. A Emenda nº 32, fundamento basilar do projeto de resolução, altera a redação dos incisos X e XI. Esses incisos vigoram hoje com a seguinte redação: inciso X: "criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, inciso VI, alínea 'b'". O inciso XI, por sua vez, determina "criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública."

Efetivamente, no popular, esse art. 48 fala o seguinte: compete ao Congresso Nacional elaborar as leis que serão sancionadas pelo Presidente da República especificamente sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que determinada o art. 84, bem como a criação e a extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

E o que fala o art. 84, inciso VI, alínea "b"? Determina que "compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos".

Observamos, então, que até aqui a Constituição da República não determina que o Poder Legislativo dos Estados membros deva proceder da mesma forma que o Poder Executivo Federal, que é obrigado a agir nos estritos termos da Constituição da República.

Também isso não poderia ser diferente. A mesma Constituição Federal, em seu art. 25, quando trata dos Estados federados, determina que se organizem e que sejam regidos pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal. Cada Estado federado deverá se organizar de acordo com a sua Constituição e as leis que venha a adotar. A única exigência é o respeito aos princípios da Constituição Federal.

Sabemos que uma mera norma de ação administrativa do Poder Executivo não é um princípio constitucional que os Estados federados têm, obrigatoriamente, de adotar. Os princípios constitucionais que devem ser obedecidos são, por exemplo e entre outros, a proibição do racismo, a obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato da administração pública, a inviolabilidade da vida privada, da intimidade, da honra e da imagem das pessoas, a livre manifestação do pensamento e outros mais do mesmo jaez.

É evidente que a assessoria que preparou o projeto de resolução induziu a Mesa da Assembléia a erro. O que fundamenta a ação do projeto é, exatamente, o que não permite que prospere. Afinal de contas, quando a Constituição Federal afirma que o Presidente da República, por decreto, pode dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, não está obrigando que os Estados federados façam o mesmo. Não vi onde está expressa essa obrigatoriedade na Constituição da República.

Ao contrário, a Emenda Constitucional nº 32, quando determina que compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a criação, a transformação e a extinção de cargos, empregos e funções públicas, está, na verdade, obrigando que tais assuntos sejam objeto de leis. A matéria sobre a qual a Mesa da Assembléia pretende deliberar é de competência exclusiva do Plenário.

É inadmissível, portanto, que um projeto de resolução utilize a Constituição Federal para induzir a Mesa ao raciocínio perverso de ferir norma da Constituição mineira.

O art. 62 da nossa Constituição Estadual determina que compete privativamente à Assembléia Legislativa, entre outras coisas, dispor sobre sua organização, funcionamento e polícia, sobre a criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função de seus serviços, sobre a sua administração indireta e sobre a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. É competência da Mesa a iniciativa da proposição, conforme determina o art. 66, inciso I, alínea "d", da Constituição do Estado.

Portanto, a matéria é indelegável. A Constituição diz ser privativo da Assembléia, e não da Mesa da Assembléia, legislar sobre a sua própria estrutura. Não concebo que o Plenário venha abrir mão de seus direitos constitucionais e permita que um grupo de sete pessoas, por mais competentes que sejam, executem as funções precípuas de setenta e sete outras.

Não podemos nos esquecer de dois itens fundamentais. O primeiro deles diz respeito ao caráter colegiado da Assembléia Legislativa. Este é um poder coletivo. A Mesa é tão-somente - e já é muito - a responsável pela condução deste colegiado nas trilhas da constitucionalidade, do regimento e da cega obediência às leis.

Não podemos nos esquecer disto: nós, Deputados, formamos um poder colegiado, que só existe porque cada um existe. O voto que cada um de nós carrega nos confere a autoridade para falar individualmente sobre a parcela do povo que cada um representa. Nossas vozes unidas e definidas pelas normas regimentais de votação representam o poder do povo de Minas Gerais.

No Poder Executivo, isso não acontece. Alguém já viu um Secretário de Estado definir, em seu próprio nome, ações do Executivo? Quem assim agiu, ou tentou agir, sofreu demissão, porque o Poder Executivo está centrado naquela pessoa que foi ungida, sagrada e legitimada pelo voto majoritário da vontade soberana do povo: o Prefeito, o Governador e o Presidente da República.

A segunda coisa de que não podemos nos esquecer é que, caso esse projeto venha a ser aprovado, esta Casa, além de dar um tiro em seu próprio pé - ou seria no seu coração? -, estaria abrindo as portas para que medida análoga seja realizada no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e no Tribunal de Contas.

Este Poder e esses órgãos, seguindo o mesmo raciocínio, estarão cuidando de administrar seus espaços funcionais a partir de resoluções

próprias. E aqui, pergunto a cada Deputado: podemos permitir isso? Podemos deixar que o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas passem a legislar sem a anuência desta Casa? Que Poder queremos ser? O Poder de quem decide ou aquele próprio de caudatários dos déspotas?

Déspotas porque não vejo a Mesa desta Casa responsável por esse projeto. Vejo o projeto ruim, nascido sob desejos escusos, porque não consigo visualizar seus verdadeiros propósitos. E vejo que a Mesa foi induzida a erro. Seria o caso de se perguntar ao Presidente: Deputado Maury Torres, de onde surgiu essa idéia? A Mesa foi devidamente informada das graves conseqüências que poderão advir da aprovação dessa teratológica figura?

Assusta-me, ainda mais, quando vejo a ironia que existe no art. 2º desse projeto fantasmagórico. Explico-me: o art. 1º do projeto, conforme analisado, pretende fazer com que o Plenário abdique de suas funções precípuas, transferindo-as para a Mesa da Assembléia. O art. 2º vem dizer que o sistema de carreira dos servidores será objeto de resolução. Aí fiquei mesmo estarrecido. Quem vai falar sobre a estrutura da Casa é a Mesa, por deliberação. Ao Plenário, pobre e mitigado, sobrar a definição do sistema de carreira dos servidores, por resolução. É mais ou menos assim: quem pode o mais, o Plenário, falará sobre o menos. Quem pode o menos, a Mesa, falará sobre o mais. Dessa maneira, Srs. Deputados, resumindo:

1º - O que mais me preocupa são os possíveis desdobramentos que uma medida como essa pode acarretar. Imagine-se um projeto de lei que trata da lei orgânica do Tribunal de Contas e que, espelhando-se no exemplo desta Casa, traga um dispositivo idêntico ao art. 1º da resolução. Por um dever de coerência, só nos restaria silenciar. A quem ficaria reduzido o poder de fiscalização e controle desta Casa Legislativa? Não podemos abdicar da nossa missão constitucional e política de controlar e fiscalizar a estrutura administrativa do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Poder Executivo. Não podemos, em última análise, criar um precedente contra nós mesmos.

2º - O Projeto de Resolução nº 232/2003 fundamentou-se em premissa errada, uma vez que tem como justificativa a necessidade de adequação da ordem jurídica estadual à nova redação do inciso VI do art. 84 da Constituição da República. Cabe cogitar dessa suposta necessidade de adequação. Adequar o quê? Afinal, a Emenda nº 32, dando nova redação ao citado inciso constitucional, referiu-se apenas à administração pública federal, ainda assim, mencionando somente o Executivo da União. Com relação às Casas Legislativas, de qualquer esfera de poder, nada foi dito. Manteve-se intacta a prerrogativa do Plenário da Câmara e do Senado para dispor sobre a sua estrutura administrativa, como também intacta permaneceu a competência deste Plenário para tratar da matéria. E nem poderia ser diferente, pois o Legislativo é um órgão colegiado. Afinal, como disse – e repito – a responsabilidade, nesta Casa, é de todos nós.

3º - Entendo que a Mesa é tão-somente o meio pelo qual a nossa vontade se expressa, jamais um substituto dessa vontade. O papel da Mesa Diretora – e isso é preciso ficar bem claro – é o de coordenar os trabalhos do Plenário, organizar o processo de votação e deliberar sobre questões de cunho essencialmente administrativo. A configuração orgânica do Legislativo é assunto de interesse de todos os Deputados, competindo-nos não só defender essa prerrogativa, mas, acima de tudo, assumi-la.

4º - Assim, na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, julgo-me no dever de denunciar o que para mim se afigura uma verdadeira delegação legislativa disfarçada. Afinal, a criação e extinção de órgãos, bem como o cometimento de atribuições a unidades administrativas, devem ser feitos mediante resolução, instrumento normativo com força de lei, sujeito ao debate público na instância institucional dotada de representação popular, que é o Plenário deste parlamento. Trata-se da observância ao princípio constitucional da legalidade, uma das vigas mestras do Estado democrático de direito.

5º - A delegação do art. 1º gera apenas uma aparência de legalidade, já que o seu verdadeiro efeito é o de usurpar uma competência constitucional do Plenário. E aqui reside a mais absoluta ilegalidade.

6º - Também o art. 2º desse projeto causa grande preocupação. A pretexto de se disciplinar a carreira dos servidores da Casa, na verdade o que se faz é implodi-la, pois são revogadas as atuais disposições que tratam da matéria, prevendo-se sua nova estruturação para um futuro incerto, em franco desacordo com o comando constitucional que determina a existência de carreira no âmbito do serviço público.

7º - Em face dessas considerações, impõe-se que o Projeto de Resolução nº 232/2003 seja submetido à apreciação jurídica do órgão competente desta Casa, razão pela qual aproveito o ensejo para apresentar requerimento de distribuição do projeto à Comissão de Constituição e Justiça, escrito nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve, nos termos dos arts. 183 e 233, XV, do Regimento Interno, vem requerer seja o Projeto de Resolução nº 232/2003, e a posição da bancada é a de que deve haver uma maior discussão, um maior diálogo para que possamos efetivamente dar um passo certo sem prejudicar direitos adquiridos, principalmente dos funcionários que fazem o dia-a-dia e a história deste Legislativo. Esse o posicionamento do PDT.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência de me estender o prazo.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa mineira, antes de abordar os temas que me trazem hoje à tribuna da Assembléia, quero dizer em meu nome e em nome do meu partido, o PDT, que estamos acompanhando a tramitação do Projeto de Resolução nº 232/2003, e a posição da bancada é a de que deve haver uma maior discussão, um maior diálogo para que possamos efetivamente dar um passo certo sem prejudicar direitos adquiridos, principalmente dos funcionários que fazem o dia-a-dia e a história deste Legislativo. Esse o posicionamento do PDT.

O Ministro dos Transportes, nosso ex-colega Anderson Adauto, ao assumir o Ministério, enfrentou uma posição extremamente difícil, mas, com muita tranquilidade e competência, conseguiu transpor as turbulências do começo do Governo e já mostra um programa, um plano de ação, que é importante para o nosso País e especialmente para o nosso Estado.

E não poderia ser diferente, quem conviveu com Anderson Adauto, nesta Casa, quem o conheceu sabe perfeitamente que não é à toa que ele está no Ministério dos Transportes. Sabe da sua competência e da sua capacidade. Tínhamos a certeza absoluta de que ele, aos poucos, conseguiria superar as dificuldades e apresentar uma proposta de trabalho como está apresentando. Talvez seja um dos poucos Ministérios que tenha agido assim.

Essa proposta de trabalho é interessante porque o Ministro Anderson Adauto, pela primeira vez na história do Ministério dos Transportes, propõe diálogo mais aberto. Propôs sair de sua cadeira em Brasília para dar início a um amplo processo de discussão. É o que está fazendo, o que esperamos dele, e é disso que o Brasil precisa. Dialogou com o Prefeito de Belo Horizonte e, por meio desse diálogo, concretizou a proposta de recuperação do anel rodoviário de Belo Horizonte. Esteve recentemente no Sul de Minas, na cidade de Poços de Caldas. Certamente, medidas importantes serão tomadas para a recuperação da malha viária sul-mineira.

A Deputada Ana Maria, brava defensora da questão, demonstrou por diversas vezes seu interesse em trazer à tona os problemas da malha viária de nossa região. Outros Deputados como Wanderley Ávila, Gil Pereira, Presidente da Comissão de Transportes, e o Ministro Anderson,

por iniciativa da Comissão de Transportes Comunicação e Obras Públicas, também o fizeram. Foi inclusive tema de nosso pronunciamento há 15 dias.

Anderson Adauto estará em Montes Claros no dia 14 de março, sexta-feira, às 10 horas da manhã para discutir um programa de ação do Ministério dos Transportes para o Norte de Minas. Isso é muito bom e vem em boa hora. O Ministro Anderson Adauto conhece os problemas e se expõe. É muito bom quando se vê uma autoridade se expor e predispor ao diálogo. Há pessoas em Brasília que são como fantasmas. Nunca são vistas, mas sabe-se que lá estão. O Ministro Anderson Adauto discutirá conosco a situação da BR-135. Essa rodovia tem matado muitas pessoas. Tem desafiado outros Ministros e governantes, mas ela permanece da mesma forma, trazendo transtornos para o transporte no Norte de Minas Gerais. Há pouco tempo, era denominada rodovia da morte. Tem sido causadora de acidentes fatais envolvendo importantes pessoas da região. Foi causadora do acidente fatídico envolvendo professores da UNIMONTES no ano passado, tirando a vida de mais de dez pessoas. Tem causado grande prejuízo à bolsa popular. É uma rodovia que tem merecido posicionamentos firmes de toda a bancada norte-mineira.

O Ministro Anderson Adauto terá conhecimento do trecho da BR-251 que liga Montes Claros à Serra de Francisco Sá, rodovia federal por onde passam cerca de seis mil carretas por dia. É raro o dia em que não há acidente fatal. Por inúmeras vezes, estivemos com o Presidente da República, levando esse pleito, e Fernando Henrique Cardoso o deixou no esquecimento. No dia 10, o Ministro estará em Montes Claros debatendo com as autoridades, com a Associação Comercial Industrial, com os Deputados e com toda a sociedade norte-mineira, que não mais aceita o descaso e a situação em que se encontra a BR 135.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. por seu pronunciamento. V. Exa. levou ao Ministério Público a questão das estradas de Minas Gerais, principalmente das BRs-135 e 040. Não tenho dúvidas de que a Casa prestará relevante serviço à comunidade norte-mineira e, juntamente com o Ministro Anderson Adauto, o Deputado Agostinho Patrús e o Diretor-Geral do DER, que estará presente. Não tenho dúvidas de que resultados práticos sairão dessa audiência pública. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado, Deputado Gil Pereira, pelo seu pronunciamento.

Queremos mostrar ao Ministro dos Transportes, nosso ex-colega desta Casa, o Deputado Anderson Adauto, a situação de 50 municípios norte-mineiros, que não possuem suas vias de acesso asfaltadas. Indagaremos, porque perguntar não faz mal a ninguém, como ficará a situação do ex-Governador Itamar Franco, que recebeu, no final do ano passado, R\$780.000.000,00 do CIDE, que deveriam ser aplicados na malha viária mineira. Hoje, por coincidência, estive no DER, que não tem nem mesmo borra de asfalto para tapar buracos. Alguém terá de prestar contas desses recursos, originários do Ministério dos Transportes, que foram repassados a Minas para a recuperação da malha viária. Mas o DER nos garantiu que não tem, em caixa, um centavo do Governo Federal. É importante que o Ministro Anderson Adauto tome conhecimento desse fato. Disseram que os recursos foram usados para pagar o 13º salário do funcionalismo público. Não se podem pegar recursos destinados à malha viária e aplicá-los no pagamento do funcionalismo. Isso é irresponsabilidade administrativa. Alguém terá de arcar com as consequências.

O segundo tópico do meu pronunciamento diz respeito a um problema difícil que estamos enfrentando no Norte de Minas, especialmente em Montes Claros. Tenho certeza de que é um problema das grandes e médias cidades mineiras. Refiro-me à segurança pública. Montes Claros, há alguns anos, era tão pacata, que podíamos deixar os vidros do carro abertos, ir aos bancos com segurança, ao mercado, enfim, podíamos andar livremente pelas ruas. Hoje, é uma cidade sitiada. O estado de sítio é do cidadão, que fica preso em casa. Estão ocorrendo mortes violentas, estúpidas, como aconteceu com um comerciante que foi ao CEANORTE, o CEASA de Montes Claros, fazer suas compras, e levou um tiro, sendo assassinado diante de dezenas de pessoas. Outro exemplo foi o do jornalista Rosalvo Bastos, que morreu no ano passado, em pleno centro de Montes Claros, assassinado juntamente com sua noiva. Esse crime caiu no esquecimento. Dizem que existem forças misteriosas e poderosas por trás. Mas não existe força maior do que a da justiça.

Peço ao Deputado Sargento Rodrigues, nosso companheiro de bancada, Presidente da Comissão de Segurança Pública, que a primeira audiência dessa Comissão fora de Belo Horizonte seja realizada em Montes Claros, para que possamos discutir, prestar algum tipo de conta à sociedade. Não é possível que a cidade tenha uma Delegacia Regional de Segurança Pública, mas não tenha a sua sede, e utilize prédios alugados, sem a mínima condição de funcionamento.

Temos um batalhão de polícia que presta grandes serviços à região norte-mineira, mas que, há muitos anos, não tem acréscimo no seu efetivo. O Governador Itamar Franco prometeu helicóptero para a Polícia Civil. A sociedade de Montes Claros mobilizou-se e construiu hangar com oficina, mas, até hoje, nem sequer rastro de helicóptero existe. Ficou apenas na promessa. Trata-se de situações engraçadas. Porém, mais engraçado ainda é ficarmos desta tribuna cobrando, discutindo e trazendo os problemas à tona, porque o que se fala entra num ouvido e sai pelo outro ouvido das autoridades responsáveis pela nossa segurança pública.

Sargento Rodrigues, V. Exa. deve ter recebido meu requerimento. Gostaria de pedir-lhe: pelo amor de Deus, realize audiência pública em Montes Claros. Estivemos com o Dr. Lúcio Urbano, que se prontificou a ir a essa cidade. Queremos levar ainda o Comandante da Polícia Militar. O que acontece lá é o espelho do Norte de Minas. Trata-se de região que é rota do narcotráfico.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa., Deputado Carlos Pimenta, pela lucidez no seu pronunciamento ao traçar um raio X perfeito sobre a questão da segurança pública no Norte de Minas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, daremos a melhor acolhida ao requerimento de V. Exa e iremos, a pedido do Deputado Alberto Bejani, Vice-Presidente dessa Comissão, até à Penitenciária de Juiz de Fora, que está sendo inaugurada. Afirmo a V. Exa. que seu requerimento será aprovado e que teremos o maior prazer em atendê-lo, assim como os Deputados Rogério Correia, Alberto Bejani, Leonardo Moreira e Olinto Godinho, membros dessa Comissão.

Por diversas vezes, tenho ocupado esta tribuna e gritado aos quatro cantos do Estado, para que possamos ser atendidos. Devemos nos unir. Hoje, aprovei requerimento na Comissão de Segurança Pública, solicitando ao Secretário da Fazenda o envio de informações, em valores específicos, sobre os recursos arrecadados com a cobrança da taxa de segurança pública nos anos de 2001 e 2002, com a devida aplicação desses recursos. Essa é a ferramenta que precisamos para cobrar do Executivo. V. Exa., assim como este Deputado, de forma isolada, não terá muito êxito, mas, à medida que exercermos plenamente nosso papel de legisladores e fiscalizadores dos atos do Executivo, conseguiremos as respostas que precisamos. Portanto, V. Exa. terá notícia até mesmo dos valores pagos pelo cidadão em 2001 e 2002, de forma a comprovar se estes foram devidamente aplicados na área de segurança pública.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa., que enriqueceu nosso pronunciamento.

Finalizando, fica convidada a sociedade norte-mineira para estarmos com o Ministro dos Transportes, no dia 14, discutindo a questão da malha viária na região. Posteriormente, marcaremos a audiência da Comissão de Segurança Pública, objetivando encontrar uma fórmula, não mágica, mas realista, de pé-no-chão, para trazer mais segurança ao povo montes-clarense e norte-mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres, Srs.

Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Assembléia Legislativa, público que nos honra com sua visita, telespectadores da TV Assembléia, instrumentos essenciais ao exercício da democracia, os partidos políticos agregam os cidadãos comprometidos com a participação na vida pública, assegurando a representação que legitima o Estado democrático de direito. Os partidos são a síntese dos pensamentos de pessoas que se propõem a direcionar sua atividade cívica dentro dos princípios e diretrizes com os quais se identificam. Se, de um lado, são a melhor forma de canalizar a participação política dos cidadãos, de outro, devem ser o espelho dos ideais dos seus filiados, que deles se aproximaram pela sintonia com seu programa. Sou ardoroso defensor da fidelidade partidária e minha trajetória reflete isso: permaneci durante 17 anos num mesmo partido. Sei das críticas que são feitas às frequentes trocas de partido por parlamentares, em todos os níveis, e concordo com os que denunciam trocas por mero fisiologismo ou interesses pessoais. Não se pode, todavia, generalizar, atribuindo a toda mudança de partido essa conotação de oportunismo. Há casos, lamentavelmente não raros, em que a convivência partidária torna-se difícil e até mesmo impossível. É absolutamente necessário que as Comissões executivas, que os filiados e eleitos falem a mesma língua. É imprescindível que os partidos respeitem a identidade dos filiados e dos eleitos. Estes, principalmente, devem manter sua atividade partidária coerente com o seu discurso eleitoral.

Assim, impõe-me a ética e a lealdade a esta Casa e aos meus pares fazer uma comunicação: a contragosto, e premido por fatos que não me deixam outra alternativa, estou deixando o PV. Encaminhei, há alguns dias, à Comissão Executiva Estadual e à Justiça Eleitoral, as devidas notificações, e venho fazê-lo agora nesta tribuna, tornando pública minha decisão. Não foi uma decisão fácil. Precederam-na muitas tentativas de entendimento com a Executiva Estadual. Todas as mediações e contatos possíveis foram feitos para evitar essa atitude extrema, que não via como opção. Mas fui forçado a adotar essa medida, dado o desgaste no relacionamento com a Executiva Estadual e diante da impossibilidade do diálogo, que tentei, sem sucesso. Sou admirador das propostas contidas no Manifesto do Partido. Desde o primeiro contato com as diretrizes programáticas, tornei-me entusiasta e alinhei-me, totalmente, nas suas fileiras, tendo levado a bandeira verde e a Bancada do PV a grande parte do nosso Estado. Por inúmeras vezes, manifestei-me, publicamente, em entrevistas para emissoras de rádio e televisão, de modo apaixonado pela proposta partidária. Pensava, tamanha a sintonia com as idéias do partido, que não conseguiria direcionar minha vida política fora desse ideal. Descobri, lamentavelmente cedo demais, que o PV que eu imaginava não era o PV que eu encontrei. O que busco está muito distante do que revelou a prática partidária da Executiva Estadual. Sou homem de palavra e faço questão de cumprir meus compromissos. Mas prezo minha dignidade e não posso submeter-me a ingerências que ultrapassam a razoabilidade. Acredito que os partidos políticos, absolutamente indispensáveis à democracia, devem estar acima dos interesses pessoais e não podem caminhar a reboque de propósitos individualistas, que não contribuem para o crescimento desses partidos. O respeito aos filiados deve estar presente nas atitudes dos dirigentes e na transparência dos atos de gestão. Prezo a orientação partidária e sempre fui disciplinado, tendo permanecido, como disse, por 17 anos no mesmo partido antes de me filiar ao PV. Dei ao PV o melhor dos meus esforços.

Documento produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral, a mim enviado pelo seu Presidente, diz textualmente: "O candidato Ronaldo João da Silva contribuiu com mais de 50% de votos de seu partido, o PV, em 27 municípios, ou seja, 'carregou' o partido (...)".

Creio que cumpri o meu dever. Fui tolerante, compreensivo e não me furtei ao entendimento. Mas, ao deixar o Partido, não abro mão do trabalho que me propus fazer. Continuarei buscando a preservação da vida, a qualidade do ar, das águas, buscando soluções para os graves problemas dos resíduos poluentes, lutando pela qualidade de vida e por um país mais limpo para as futuras gerações.

Onde quer que esteja, e especialmente na minha atuação parlamentar, serei defensor dessa causa, que é de toda humanidade.

Quero também, neste momento, comunicar à Casa que fui honrado com um convite para integrar as fileiras do Partido Democrático Trabalhista - o PDT, e que o aceitei após me inteirar do programa desse valoroso partido, que julgo em consonância com os meus ideais de trabalho e participação política.

Agradeço aos Deputados do PDT pelo gesto de confiança e espero envidar esforços contínuos para corresponder a esse gesto, com militância responsável e o melhor da atividade parlamentar. Agradeço à Executiva Estadual do PDT e pretendo me empenhar pelo crescimento do Partido, inclusive em Sete Lagoas, onde sou majoritário."

Concedo aparte ao Deputado Sebastião Helvécio.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Dr. Ronaldo, quero, em nome do nosso partido, PDT, dizer da alegria e da honra de tê-lo em nossas fileiras.

Há muito tempo - V. Exa. sabe -, o PDT deseja ter nos seus quadros uma figura política e humana da sua expressão. Quem conhece a trajetória humana, a vivência política e a coerência de Dr. Ronaldo, sabe o quanto sua presença engrandece qualquer partido político.

Se olharmos os dois braços do nosso partido - democrático e trabalhista -, encontraremos em sua vida política, e particularmente no exercício profissional, onde V. Exa. faz da Medicina um altar cívico da democracia e do exercício profissional, os elementos fundamentais para saudarmos, com muita alegria e muita honra, a sua vinda para o nosso PDT.

Tenho certeza de que, nesta Casa, a figura do Dr. Ronaldo, compondo a Bancada do PDT, vai nos ajudar muito a tomar as decisões corretas, que o povo mineiro espera da Assembléia e particularmente do nosso partido.

Saúdo-o de modo efusivo e digo-lhe da alegria do PDT de Minas Gerais, e da manifestação da própria executiva nacional do nosso partido, quando souberam da possibilidade de sua filiação, de ter nos quadros do PDT de Minas Gerais a brava figura que vem de Sete Lagoas para enriquecer e mostrar o caminho ao PDT mineiro. Muito obrigado pela sua vinda, para caminhar conosco nessa estrada tão bonita da democracia e do trabalho nacional.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre companheiro, assim posso dizer, já que V. Exa. o externou publicamente.

A Bancada do PDT é pequena, mas agora se engrandece muito com sua vinda. V. Exa. pode ter certeza de que será muito bem acolhido em nosso partido. Temos em nosso partido três Deputados que também exercem a Medicina, os companheiros Marcelo Gonçalves, Secretário Extraordinário da Reforma Agrária, Deputado Carlos Pimenta e Deputado Sebastião Helvécio. Portanto, tenho certeza de que sua decisão foi muito acertada, e de que encontrará nesse partido o carinho e o acolhimento necessários para desempenhar seu papel da melhor maneira possível.

Tenho certeza de que, na Comissão de Segurança Pública, representando o PDT nesta Casa, estaremos também dando a nossa contribuição para que V. Exa., da melhor maneira possível, possa desempenhar-se bem em seu mandato e retribuir aos que, por meio do voto, depositaram confiança em V. Exa. e o trouxeram a esta Casa.

Portanto, é uma alegria muito grande tanto para nós, do PDT, quanto para a executiva estadual a sua presença aqui. Certamente essa alegria também é compartilhada pelo companheiro Sebastião Helvécio e os companheiros do Diretório Nacional. Tenho certeza de que o nosso Líder

maior, Leonel Brizola, está, neste momento, satisfeito com a vinda de V. Exa.

Além disso, enviaremos correspondência ao Governador, falando da presença de V. Exa. no nosso partido. Isso não só nos engrandece como dará grande contribuição para que o PDT volte a trilhar o caminho devido nesta Casa e neste Estado.

Parabéns e nossos cumprimentos pela acertada decisão. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero também, fazendo coro com os companheiros Sebastião Helvécio e Sargento Rodrigues, demonstrar e externar a minha satisfação partidária, de grupo e pessoal em tê-lo em nosso partido. O pouco tempo de convivência que tivemos foi suficiente para, analisando o seu comportamento e a sua postura, ter a certeza de que V. Exa., além de compor a Bancada do PDT, vem com uma proposta de coerência, de seriedade e de responsabilidade.

O PDT nesta Casa é base de sustentação do Governador Aécio Neves. Fazemos questão de demonstrar isso de público. Além disso, acreditamos na sua postura e nas suas propostas como Governador. O nosso partido tem compromisso com os princípios de moralidade e transparência da Casa. Enfim, queremos que este Legislativo alcance o nível e a postura parlamentar que deve ter.

Deputado Doutor Ronaldo, quero recebê-lo de braços abertos e dizer que estamos mais fortalecidos pelo fato de sermos uma bancada e tê-lo como nosso companheiro. Parabéns. Sei da sua dificuldade de se afastar do PV, mas o PDT, feliz, abre as suas portas e os seus braços para recebê-lo e acolhê-lo.

O Deputado Doutor Ronaldo - Muito obrigado.

O Deputado José Milton* - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, público presente, quero, fazendo coro com o Deputado Carlos Pimenta, em relação à atuação do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, do PL, dizer da sua preocupação em nos atender no último sábado. O motivo da sua visita a Congonhas, divisa com Conselheiro Lafaiete, foi o grave problema em um dos viadutos daquela rodovia, próxima ao acesso a Ouro Branco. O trânsito da BR-040, intenso, de cerca de 12 a 15 mil veículos por dia, infelizmente, foi desviado para dentro de Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, causando graves transtornos. Inclusive, Conselheiro Lafaiete, cidade onde vivo, moro, amanheço e anoiteço, é também vítima dos graves problemas ocasionados por aqueles desvios.

O Ministro se dispôs prontamente, aceitando o meu convite, a visitar aquela obra e a determinar a recuperação daquele viaduto e a execução de um trecho, ou seja, de um desvio de cerca de 500m. Esse desvio é pavimentado, o que possibilita a solução do grave problema que acarreta ao povo dessas cidades, com o tráfego de carretas, ônibus e todo o movimento da BR-040.

Portanto, faço aqui uma menção ao trabalho do Ministro Anderson Adauto, que fez uma viagem de emergência e cuidou dos interesses do povo mineiro, dos transportadores e da população daquela região, inclusive de Congonhas. Faço questão de ressaltar também o empenho dos Prefeitos daquelas três cidades - de Conselheiro Lafaiete, o Prefeito Vicente Faria, de Congonhas, o Prefeito Guálter Monteiro, e de Ouro Branco, o Prefeito Hélio Campos -, que fizeram parceria com o Ministério dos Transportes e resolveram prontamente tomar as iniciativas que visaram ao desvio e à recuperação daquele viaduto. As obras já estão em andamento.

Quero ainda fazer menção à Campanha da Fraternidade de 2003, muito oportunamente voltada para o idoso, com o título "Vida, Dignidade e Esperança", trazendo à tona para todos os brasileiros o grave problema. Digo problema porque, infelizmente, a sociedade brasileira e todos os seres humanos, de um modo geral, costumam segregar idoso e não permitir que ele tenha o que é de seu merecimento: respeito, carinho, dignidade, cidadania e cuidados especiais. O idoso, que tanto já trabalhou pela sua nação, pela sua família e pela sociedade de um modo geral, não recebe, no final de sua vida, um tratamento à altura.

Hoje temos cerca de 9% da população com idade acima de 60 anos, aproximadamente 15 milhões de brasileiros. E, pela estatística do IBGE, deveremos ter nos próximos 20 anos o dobro dessa população, ou seja, cerca de 30 milhões de brasileiros.

É lamentável que o poder público não tenha uma política adequada ao atendimento das necessidades da população idosa, merecedora do nosso carinho e respeito.

A CNBB está, portanto, de parabéns por ter escolhido este ano à Campanha da Fraternidade um tema voltado ao idoso. Não só a CNBB, mas todas as igrejas, entidades e a sociedade de uma maneira geral deveríamos, a partir dessa conscientização, passar a fazer uma reflexão e a tomar uma postura diferente em relação aos idosos com os quais convivemos diariamente e nos acostumamos a amanhecer e a anoitecer, possibilitando-lhes uma condição de vida mais digna, confortável e respeitosa, de acordo com tudo aquilo que eles já possibilitaram e fizeram para cada um de nós.

O nosso Papa João Paulo II, no lançamento da Campanha da Fraternidade, na carta aos anciãos, definiu muito bem a situação do idoso, não só no Brasil mas em todo o mundo, quando diz: "O idoso sentir-se-á parte viva da sociedade se for acolhido, de preferência e se possível, em ambiente onde ele é de casa, entre os parentes, conhecidos e amigos, e pela sociedade, em cujo âmbito possa prestar algum serviço voluntário, ao invés de ser jogado em um asilo, onde raramente poderá viver os dias que lhe restam com dignidade, esperança de vida e em plenitude."

O nosso Papa João Paulo II, por meio de uma carta do Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, D. Raymundo Damasceno Assis, natural de Conselheiro Lafaiete, nosso conterrâneo portanto, definiu muito bem o espírito e a finalidade da Campanha da Fraternidade, quando do seu lançamento.

Que todos nós, brasileiros, fiquemos mobilizados e façamos um grande movimento humanitário voltado para o resgate da cidadania, da dignidade e do respeito ao idoso, para que, a partir desta campanha, o idoso venha a ter qualidade de vida e melhor espaço junto à sociedade. E não viva como hoje, segregado, longe da sua família e das decisões, num canto afastado. Infelizmente, é isso que a sociedade e a sua família lhe costumam reservar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Gostaria de encaminhar favoravelmente a votação do requerimento para se esclarecer o porquê das medidas tomadas pelo Presidente da República ao suspender temporariamente alguns contratos feitos no Governo anterior. O Governador Aécio Neves suspendeu diversos atos do Governo Itamar Franco para averiguar a necessidade das obras e a prioridade do programa do Governo atual. O Governo Lula também precisa avaliar as prioridades.

O requerimento é salutar. Peço a V. Exa. que coloque em pauta, o mais rápido possível, requerimento de minha autoria para averiguar problemas existentes na CEMIG. Fecharam-se diversas agências da CEMIG no interior, e há um processo de terceirização muito intenso. A AES, ao que tudo indica, não honrará o pagamento da dívida com o BNDES, de R\$84.000.000,00 a vencer em maio, mas que ultrapassa R\$650.000.000,00.

Peço-lhe que, ao colocar o requerimento da Deputada Vanessa Lucas em votação, coloque também o requerimento de minha autoria. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a aprovação unânime do requerimento que abre possibilidades para a criação da Comissão Especial para Averiguar a Situação Atual do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Assim, poderemos discutir a estrutura atual dos Tribunais de Contas em geral e sugerir alterações.

Serei breve, pois tenho ainda que comparecer à Comissão Especial de que faço parte, para a discussão de dois vetos. Quero apenas situar uma cobrança que venho fazendo e para a qual ainda não obtive resposta, a não ser por meio da imprensa, quando lia um dos jornais do Estado. Entretanto, essa resposta, na prática, não significou a resolução do problema.

A verdade é que deparei com diversas publicações de designações e nomeações para a Presidência de autarquias e fundações: ADEMG, FAPEMIG, CETEC, FEAM, FUNED, FHEMIG, Fundação João Pinheiro, IEF, IGAM, IEPHA, IPSM, IPSEMG, enfim, são 31 fundações e autarquias, e quase todas com seus Presidentes designados, embora a Constituição do Estado determine que esses nomes sejam escolhidos após sabatina da Assembléia Legislativa, por meio de uma comissão especial, e aprovação em Plenário.

No Governo Itamar Franco, a essa altura do mês de março, quase todos esses cargos de autarquias e fundações já haviam sido preenchidos pelo processo democrático da sabatina e votação em Plenário. Para que tal ocorresse, o Deputado Sebastião Navarro Vieira apresentou um projeto de resolução sustando os efeitos do ato do Governador Itamar Franco, que havia incorrido no mesmo erro de nomear e designar sem passar pela sabatina.

Na época, o Deputado Miguel Martini, que agora me pede um aparte, foi um dos mais veementes ao fazer a cobrança, chamando o Governador Itamar Franco de antidemocrático e atribuindo-lhe outros adjetivos que não nos cabe dar ao Governador Aécio Neves, pois talvez não sejam próprios para o momento. Houve várias intervenções veementes cobrando uma ação do Governador Itamar Franco, a fim de reparar sua atitude antidemocrática de não enviar os nomes para a sabatina.

Tomei o cuidado de verificar a data do projeto de resolução do Deputado Sebastião Navarro Vieira, na época Líder do PFL na Casa, o qual fazia corretamente a cobrança, já que a Constituição do Estado assim determinava. Ele propôs um projeto de resolução sustando os efeitos do ato do Governador do Estado, para que todas as nomeações e designações sem a sabatina fossem suspensas. Felizmente, o Governador Itamar Franco reconheceu o erro e enviou à Assembléia todos os nomes para aqui serem sabatinados.

Peguei o mesmo projeto, do qual não tirei nenhuma vírgula, e comuniquei ao Deputado Sebastião Navarro Vieira o meu plágio, pedindo-lhe que não me levasse a mal. O projeto é muito bom, e fiz exatamente a mesma justificção. Apresentei-o e espero que o Governador Aécio Neves também reconheça o erro, enviando os nomes para a apreciação desta Casa.

Não aceito o argumento de que a indicação é temporária, pois, para tal, ter-se-ia que designar um nome enquanto outro estivesse sendo analisado pela Assembléia. Esse não foi o caso. A grande maioria foi nomeada, e não designada. Fiz questão de olhar no "Minas Gerais" e pude constatar o fato. Por exemplo, temos o Fernando Sasso; o Francisco Costa, Diretor-Geral da Imprensa Oficial; o ex-Deputado Amílcar Martins na Fundação João Pinheiro, etc. Vários já foram nomeados, e não designados.

Não tenho nada contra os nomes e creio que a Assembléia Legislativa irá aprovar todos, que, a um primeiro juízo, parecem-me de qualidade técnica. Entretanto o Governador deveria demonstrar o seu respeito a esta Casa.

Nesse final de semana, encontrei com o nosso candidato ao Senado, Tilden Santiago, quando fazia uma caminhada pelo centro da cidade, estudando para a sabatina, por ter sido indicado para Embaixador do Brasil em Cuba. Evidentemente irá ao Congresso fazer a sua exposição, como também o fará o Itamar Franco, para ser Embaixador, respeitando-se a Constituição Federal. Mas o Governador Aécio Neves simplesmente nomeou à vontade, por estar acostumado com lei delegada. Ele assina e vai executando, designando e nomeando. Para ele, existe apenas a Constituição Federal, pois ainda não tomou conhecimento da Constituição Estadual. Viajou, esqueceu-se e saiu designando e nomeando à vontade. Pensa que tem delegação para fazer tudo.

É bom que o Líder da Maioria esteja presente, para que solicite ao Governador os nomes - quem sabe? - antes de o projeto ser aprovado. O Deputado Sebastião Navarro Vieira é o Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, portanto, não dará um parecer contrário ao seu próprio projeto, que apenas reapresentei neste início de legislatura. À época, concordei com o projeto e solicitei ao Governador Itamar Franco que remetesse à Assembléia Legislativa esses nomes. Pediria aos Líderes do Governo nesta Casa que dêem um sinal de respeito à Constituição do Estado. Concedo um aparte ao Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Estou duplamente satisfeito. Primeiro, porque, na qualidade de oposição, V. Exa., atento como deve ser, a fim de cumprir o seu papel democrático, veio a esta tribuna para chamar a atenção do Poder Legislativo e da sociedade mineira para o fato de que teria havido um descuido por parte do Poder Executivo ao deixar de enviar a esta Casa os nomes dos que serão designados para as fundações e autarquias, a fim de serem sabatinados. Parabéns por cumprir o seu papel.

Segundo, porque V. Exa. acabou de defender uma lei da nossa autoria. Fomos os primeiros signatários a propor a esta Casa a modificação do art. 62 da Constituição Estadual, acrescentando-se o dado de que a sociedade, por meio do Poder Legislativo, possa fiscalizar e controlar melhor todos os que ocupariam esses lugares que, de um modo geral, eram utilizados como barganhas em ocasiões políticas.

Já havia ficado incomodado com essa questão antes mesmo de V. Exa. Logicamente, busquei informações junto ao Governo. Não houve ainda nenhum desrespeito. Há o reconhecimento, por parte do Executivo, de que houve um atraso no processo de envio de todos esses nomes ao Poder Legislativo. Talvez tenhamos de fazer um acréscimo nessa legislação, porque não sabemos como ficarão esses órgãos enquanto o Poder Legislativo não examinar os nomes.

Sabemos que o Poder Legislativo está ainda promovendo a montagem das comissões, o que, praticamente, toma todo o mês de fevereiro. Há vetos a serem apreciados. Temos de encontrar um mecanismo para, na condição de Poder Legislativo, darmos - quem sabe? - o prazo de três, quatro ou cinco meses para que o Poder Executivo regularize a situação.

O quê fez o Governador Aécio Neves? Qual a orientação? Enviar todos os nomes para o Poder Legislativo, sabatiná-los. Interrompo o aparte, pois estou inscrito para falar, ocasião em que voltarei a tratar desse assunto. Muito Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Espero uma explicação mais completa. Exatamente no período em que o Legislativo estava mais folgado, teria sido o melhor momento para apreciarmos esse assunto, já que a pauta estava vazia. Não compreendo o descuido ou esquecimento do Governador. O fundamental é que ele envie os nomes para que possamos sabatiná-los, verificar sua capacidade técnica. É exatamente esse o sentido da lei de que V. Exas. são signatários.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Companheiro Rogério Correia, nosso Líder, sou testemunha desses fatos, estava na Assembléia em 1999, quando ocorreram. Cumprimento-o por estar atento ao papel desta Casa de fiscalizar.

Ao colega Miguel Martini, digo-lhe que, depois de cinco meses, já não precisaria haver sabatina, pois ela deve ocorrer no início. É lógico que, havendo a necessidade de um prazo de alguns dias para que haja a adequação, devido ao atraso, temos de ser flexíveis; porém, a sabatina é necessária no início, para que se coloquem pessoas de confiança do Governador, sim, mas que esta Casa, de acordo com a legislação vigente, possa dar seu parecer sobre a competência dos nomes que exercerão funções públicas.

O Deputado Rogério Correia - Ressalto, Sr. Presidente, que não considero a hipótese de descuido do Governador. Se assim fosse, teria apenas designado os nomes. A maioria ele nomeou, e a nomeação é algo definitivo. Grande parte foi, de fato, nomeada, não designada. Houve, por parte do Governo, não um descuido, mas falta de observação da Constituição do Estado. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Aproveito a presença do Deputado Rogério Correia para dizer-lhe que a informação da qual dispõe é diferente da minha. Foram apenas dois nomes: o do Diretor-Geral do IPISM, tendo ocorrido um equívoco, pois, em vez de designação, saiu nomeação, mas já está sendo retificado; e do ex-Deputado Amílcar Viana Martins, da Fundação João Pinheiro, que saiu no dia 5 de fevereiro, também equivocadamente como nomeado, e no dia 7 foi feita a retificação como designado. A maioria, os 31 foram designados; apenas dois foram nomeados, sendo um corrigido no dia 7 de fevereiro, e o outro que, por ser do IPISM, causou dúvida, também já está sendo retificado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Quando serão enviados os nomes, Sr. Deputado? Fica a nossa cobrança.

O Deputado Miguel Martini* - Imediatamente. Apesar de desejarmos a maior celeridade possível, quando pensamos na administração pública do Estado de Minas Gerais, do tamanho que é, sabemos que uma composição dos cargos de Governo é complexa, demanda uma série de entendimentos e visões.

Vejam, a lei delegada só no prazo máximo de janeiro foi definida. A partir dessa definição, todo o Estado teve de se reorganizar diante da nova realidade administrativa.

Existe realmente um lapso de tempo, Deputada Maria Tereza Lara, e, quando pensávamos nesse projeto de lei, de minha autoria, nessa proposta de emenda à Constituição, queríamos que o Poder Executivo remetesse os nomes para o Poder Legislativo, a fim de que os representantes do povo avaliassem aqueles que iriam ocupar esses cargos.

Queríamos até mais: que os Presidentes da CEMIG, COPASA, BDMG fossem sabatinados aqui. Na época, existiam ainda os bancos estaduais, hoje há apenas o BDMG. Existe uma ADIN que determina que esses não precisam ser sabatinados enquanto não for votado o mérito em Brasília.

Nossa intenção é essa mesma. Não há por parte do Governador Aécio Neves nenhuma desconsideração. Aliás, ele já demonstrou muitas vezes o respeito que tem por esta Casa e pelo Poder Legislativo. Sua vida pública iniciou-se no parlamento, e ele chegou a presidir o parlamento federal.

O fato de ele usar designação e não nomeação indica a clara intenção que tem de cumprir as formalidades legais e a Constituição do Estado de Minas Gerais. Todos esses nomes serão imediatamente remetidos.

O Governo já reconheceu e corrigiu os dois equívocos havidos. Uma máquina não funciona da forma como imaginamos. Quanto maior seu tamanho, menor a agilidade. Devemos dar um prazo ao Poder Executivo para que remeta à Assembléia o nome dessa pessoa. Dois meses, um mês, 30, 60, 90 dias, um prazo que considerássemos razoável para que ela funcionasse como designada. Após esse período, ela deveria vir a esta Casa para ser sabatinada.

Lamentamos apenas que no Governo anterior - se é que podemos chamar aquilo de Governo -, o Governador da época tenha descumprido acintosamente esse preceito constitucional, não remetendo vários nomes ao Poder Legislativo, apesar de nossa cobrança, daqui desta tribuna. Lembro-me, na época, do então Secretário da Saúde, nosso amigo e companheiro, hoje membro da Mesa, Deputado Adelmo, com quem tivemos até um debate pela imprensa, quando ele queria designar e nomear sem passar pela Assembléia. Houve toda uma discussão a propósito disso.

Sou dos mais interessados nessa questão. Por isso, o meu cuidado em me informar com o Executivo, já que sou o Líder que ajuda esse Governo a transformar o Estado. Todas essas informações foram passadas. Queria apenas tranquilizar o Deputado Rogério Correia e todos os nobres pares. Também fico tranquilo, graças às informações que tenho de que todos os nomes serão remetidos ao Poder Legislativo para a sabatina.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Muito obrigado, Líder. O nobre Deputado Rogério Correia, que é um parlamentar respeitável desta Casa, apresenta muito bem a discussão, mas temos de ratificar, ilustre Deputado Miguel Martini, que, sem dúvida nenhuma, o Governador Aécio Neves, em momento algum, quis manifestar desrespeito a esta Casa.

Aliás, o que o Governador tem feito ao longo da sua vida pública é valorizar o parlamento, e ele fez isso com grande dignidade na Câmara Federal, chegando ao cargo máximo daquela Casa. Além disso, na formação do seu Governo colocou representantes da Assembléia Legislativa, prestigiando e sendo prestigiado, porque ter em seu Governo Deputados Estaduais evidentemente faz com que seu Governo fique bem representado.

Portanto, tenho certeza de que a intenção do Governador é fazer esses órgãos andarem, fazer o Governo funcionar. Não houve má-fé nem desrespeito desta Casa. A própria presença do Deputado Danilo de Castro na Casa Civil, que é também parlamentar, mostra claramente o respeito que o Governador Aécio Neves tem pelo parlamento.

Queria dizer ao Deputado Rogério Correia que suas observações são importantes, mas temos de ratificar esse ponto, porque o Governador sempre respeitou e sempre respeitará o parlamento, como grande parlamentar que foi. Muito obrigado, grande líder, pela oportunidade do aparte.

O Deputado Miguel Martini* - Obrigado, companheiro Zé Maia. O dado mais objetivo é esse. Todos os cargos - já disse isso na presença do Deputado Rogério Correia -, foram apenas designados. A nomeação dos dois, que ocorreu por equívoco, já foi corrigida. É sinal claro de que a legislação, como não poderia deixar de ser, será respeitada, e todos os nomes serão imediatamente submetidos à sabatina nesta Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 12/3/2003

O Deputado Bispo Gilberto - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, foi com muita estranheza que li, na semana passada, em uma respeitada revista semanal, um fato ocorrido em Oliveira, Minas Gerais.

A matéria relatou o caso de uma mulher sentenciada e condenada por estelionato que ficou presa na cadeia pública de Oliveira com três detentos homens.

A matéria sugeria ainda que o Judiciário local tinha conhecimento de que a cadeia estava em reforma e que, de maneira alguma, havia cela exclusiva para mulheres.

Ora, nobres colegas, se isso de fato aconteceu, a lei de execuções penais foi absurdamente desrespeitada, além de terem sido afrontados os quesitos morais de uma sociedade que se diz organizada. Isso nos leva a uma reflexão sobre o sistema penitenciário de Minas Gerais e sobre a dignidade da pessoa humana, expondo mais uma vez o nosso sistema prisional com vergonha e espanto.

Não estou aqui relevando o crime que essa mulher cometeu nem diminuindo o prejuízo que a sentenciada causou a outrem, mas devemos sempre lembrar que a pena é de detenção ou reclusão e não de tortura, vexame ou humilhação.

Quem comete um crime deve sim pagar por ele, mas a pena precisa reeducar o delinqüente e não colocá-lo em situação humilhante, uma vez que a sociedade atual não pode formalmente admitir que o sofrimento e a miséria sejam seus objetivos máximos.

Então, pergunto-me: como reeducar, se o escopo da sociedade parece sucumbir ante o quadro dantesco de nossas instituições prisionais? O problema, creio eu, é muito mais político e social do que jurídico.

Somos sabedores de que o crime deita raízes no solo fértil da desigualdade social, da miséria e do descaso do Estado e das elites, e tenho certeza de que todos entendemos que a reabilitação do delinqüente não será conseguida a partir dos depósitos humanos que conhecemos e mantemos, a exemplo do que foi relatado na matéria sobre a dita senhora.

O triste é notar que, se esses fatos forem realmente confirmados, estaremos diante de um sistema penitenciário que, além de sabermos que há muito está falido, é um sistema onde tudo se degrada, onde os valores humanos misturam-se, corrompem-se e transformam o apenado em um homem mais cruel, mais nocivo e distante do meio social sadio.

A prisão em si está sendo uma violência à sombra da lei, e repito, esse problema tem sua raiz na estrutura econômica, política e social do País.

Obviamente, não podemos deixar de destacar a vontade política desta Casa de se manter atenta a todos esses acontecimentos.

O criminoso tem de cumprir pena pelo crime por que, comprovadamente por meio do devido processo legal, foi condenado. Entretanto, essa pena deve ser cumprida dentro dos parâmetros delimitados pela nossa sociedade politicamente organizada, por meio das leis que os nossos parlamentares federais e estaduais criaram, sob pena de se instaurar o caos em proporções irreversíveis.

Entendo que o Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio do seu Governador e ainda necessariamente por meio desta Casa, empenhará todos os esforços para a melhoria do sistema prisional de Minas, adequando as propostas de soluções à realidade do Estado.

Dessa forma, acredito que muito em breve não mais estaremos, por meio dos meios de comunicação, tendo ciência de episódios tão lamentáveis quanto ao que me referi no início deste pronunciamento.

Que Deus nos ilumine e nos abençoe. Muito obrigado.

A Deputada Ana Maria - Cumprimento o Deputado Rêmoló Aloise, que ora preside esta Mesa, e todos os amigos parlamentares que comigo dividirão a honra, a alegria e a responsabilidade de nos próximos quatro anos representar o povo mineiro nesta Casa.

Abrço minhas colegas Deputadas que aqui estão para fazer - e fazer bem - nosso papel, acrescentando a cada atitude, a cada decisão, a cada questionamento nosso carinho e nossa sensibilidade de mulheres e mães.

Cumprimento a galeria, funcionários desta Casa que como eu também são funcionários públicos. Transmito a eles o meu carinho, a minha consideração e o meu respeito em todas as decisões a serem tomadas aqui pela causa de vocês.

Aos espectadores da TV Assembléia e a todo o povo de Minas Gerais reafirmo a seriedade de meu compromisso com as causas públicas.

Muito mais que mera questão de geografia, o Norte de Minas é uma paixão. O forasteiro que ali deitou raízes, criou família e se deixou cativar pela gente daquele pedaço de chão mineiro. Os que tiveram a ventura de nascer nessa terra possuem entranhados no sangue e no coração o sentimento de fazer parte dessa realidade multiforme e rica, realidade imensa que marca para sempre a nossa existência, onde quer que estejamos.

Ali, temperada pelo enfrentamento da seca, esculpida pelas adversidades, moldou-se a alma de um povo que não quer piedade nem compaixão, mas exige justiça. Não pedimos ajuda, não imploramos migalhas; o que queremos é apenas a oportunidade de mostrar a Minas e ao Brasil todo o valor do norte-mineiro, toda riqueza e potencialidade da região.

Não é nossa intenção criticar aqueles que até hoje estiveram à frente dos destinos do País e do Estado. Entretanto, na verdade, não se conseguiu ainda traduzir corretamente o clamor de nossa gente.

As ações emergenciais do passado foram, sem dúvida, necessárias. Elas impediram que os rigores do clima ceifassem milhares de vidas, contudo trouxeram a marca do paternalismo que deixa o orgulho ferido e a dignidade espezinhada.

A comunidade norte-mineira merece muito mais. Reivindicamos, senhoras e senhores, um conjunto de medidas desenvolvidas a partir de um planejamento consistente e integrado para dar à população regional condições de superar, pelo próprio esforço, os obstáculos que a separam do pleno desenvolvimento, da atenuação das desigualdades, de uma vida mais humana e mais produtiva. Chega de paliativos: já é tempo de contarmos com um apoio efetivo que nos leve a soluções duradouras.

Ninguém desconhece que um dos importantes pilares que sustentam as economias mais pujantes do planeta é o turismo. Ele atrai investimentos, gera empregos, aumenta a arrecadação de impostos e contribui para a promoção social.

Por isso quem tem um São Francisco não pode ser pobre. Somos um território que abriga um vale do Peruçu, com seus tesouros rupestres; que possui uma cidade histórica e bucólica como Grão-Mogol; fontes de água quente como em Montezuma, Joaquim Felício e Augusto de Lima. Território este que guarda uma exuberância cultural nas festas tradicionais de Montes Claros, Francisco Sá – grande produtor de alho -, Januária, Coração de Jesus, Taiobeiras e Botumirim – com sua relevante produção de café -, Rio Pardo de Minas, Pirapora e Buritizeiro – com seu perímetro irrigado -, Manga, Monte Azul, São João das Missões, Lontra, Brasília de Minas, Janaúba, Bocaiúva, Salinas e de tantas outras cidades. O nosso artesanato encanta o mundo com sua musicalidade e está apto a concorrer em pé de igualdade no mercado turístico.

Mas não é só isso. Os perímetros irrigados do Jaíba, de Pirapora e do Gorutuba são o mais veemente testemunho de que o solo do Norte de Minas só espera um carinho para retribuir com a qualidade dos frutos e com a abundância das safras. O que esmorece o ânimo de nosso homem do campo é o descaso do poder público: é a falta de estradas para escoar a produção, é o preço exorbitante da água e da energia elétrica, é a sensação de estar sozinho em sua luta.

O cidadão norte-mineiro sempre alimentou um apreço especial pelas letras, pelas ciências e pelas artes. Esse sentir é o responsável pelo florescente pólo universitário regional produtor de conhecimentos e fornecedor de profissionais capazes ao mercado. Os diversos cursos, atraindo estudantes do Brasil inteiro, contribuem para dinamizar a economia local, incrementando a hotelaria e a indústria do lazer e do entretenimento.

A sociedade regional, não obstante contar ainda com alguns núcleos de insensibilidade e resistência, mobiliza-se ativamente em prol do desenvolvimento social, procurando resgatar a dignidade das camadas colocadas à margem do processo civilizatório por uma distribuição desigual de riquezas. Ela está pronta para ser parceira do poder público na empreitada de alavancar o crescimento humano e econômico do Norte de Minas.

Exemplo disso é a organização sem fins lucrativos à qual tenho o privilégio de emprestar minha colaboração. A entidade trabalha diariamente com cerca de 5 mil pessoas, retirando o jovem da rua e oferecendo-lhe lazer, esportes e iniciação profissional. Às mães carentes é dada a oportunidade de contribuir com o próprio trabalho para aumentar a renda familiar. Os idosos são tratados com respeito e atendidos com carinho.

Ao atuar nessa organização e ao acompanhar a luta diuturna de meu marido, Prefeito de Montes Claros, para melhorar as condições de vida dos munícipes, amadureceu em mim a consciência das carências de nosso povo e a vocação política foi despertada.

A ideologia do lucro e a voracidade desmedida do grande capital ameaça a comunidade mundial com a barbárie, com a insensibilidade e com o egoísmo. É imperioso que as pessoas de bem reajam a esse estado de coisas e implantem a fraternidade onde hoje prevalecem a cobiça e a rapinagem.

O senso de cidadania trouxe-me a esta Casa para defender, com firmeza e coragem, os interesses de Minas e, especialmente, os de nossa região. Aqui chegamos sem ilusões. Sabemos que de nada vale uma intenção solitária. Entretanto, iniciamos nosso mandato com muita esperança. Anima-nos a intuição de que o momento do Norte mineiro é agora.

O Governador Aécio Neves já se comprometeu a fazer da região vitrine de seu governo. Como primeiro passo, criou a Secretaria Extraordinária para Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, à frente da qual nomeou nossa ilustre colega, brava representante de nossa gente, Elbe Brandão.

O Norte de Minas tem no Vice-Presidente da República, José Alencar, um defensor nato, que traz, bem dentro do coração, aquele pedaço do chão mineiro. O mesmo se pode dizer do Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, que, a nosso pedido, é também o provedor do Hospital Aroldo Tourinho, em Montes Claros.

Por isso, temos a certeza de que a hora é agora, e o futuro do Norte de Minas é hoje.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputada, quero deixar registrada a alegria de ter V. Exa. conosco. Tenho a certeza de que não só por sua sensibilidade feminina, muito mais apurada no sentido de perceber as necessidades e o sofrimento de nossos irmãos, mas também por sua grande capacidade política e pelo seu trabalho, desde o primeiro mandato do Jairo, quando defendeu com tanto brilhantismo o Norte de Minas, V. Exa. lutará em favor dessa região, especialmente Montes Claros.

Quero deixar registrada minha convicção de que Minas Gerais e a sua região Norte, de modo especial, estarão bem defendidas com esse reforço de V. Exa. que os parlamentares ganham neste Plenário. Parabeno-a por seu pronunciamento, a partir do qual nossa esperança aumenta, sabendo que o Norte de Minas, que já estava bem cuidado por outros parlamentares, agora recebe a atenção de V. Exa., o que dará maior tranquilidade à região.

Além disso, como V. Exa. disse, houve a sensibilidade do próprio Governador Aécio Neves, que criou uma Secretaria, mostrando a importância da região. Com isso, serão grandes os frutos que toda a região colherá a partir de agora. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Deputada, também gostaria de deixar registrada, nos anais da Casa, a satisfação de estar presente nesta Assembléia, ao lado de pessoa sensível como V. Exa., que tem sido uma das pessoas em quem temos nos baseado, graças à sensibilidade aflorada para as necessidades do povo. Tenho a certeza de que seu trabalho trará muitos frutos ao povo mineiro e aproveitamos a oportunidade para parabenizá-la como mulher e, em seu nome, todas as mulheres Deputadas e mineiras, nesta semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Quero ainda registrar que nossa preocupação com as mulheres deve ser muito grande, principalmente no campo da saúde, em que destaco o problema da AIDS. Hoje, preocupamo-nos muito com relação à contaminação das mulheres, sobretudo nossas jovens e adolescentes, na faixa de 13 a 16 anos, as quais representam o maior grupo de infectados no nosso Estado e no País.

Desejo-lhe muito trabalho - e sei que vai tê-lo, principalmente na Comissão de Educação - e muita sorte. Que Deus continue iluminando-a!

A Deputada Ana Maria - Obrigada. Apesar do seu tamanho, o meu carinho por V. Exa. é tão grande que posso guardá-lo em meu coração.

Convocamos os homens públicos que possuem algum vínculo com a região para que, independentemente da cor partidária, integrem um mutirão cívico em benefício da nossa gente sofrida. Como quase 2 milhões de mineiros têm os olhos voltados para nós, é nosso dever soerguer sua fé no futuro e sua confiança na própria capacidade.

Não queremos piedade, mas asfalto, saúde, educação, irrigação e assistência. Isso é o que nos falta.

Quando os governantes derem ao Norte de Minas a atenção que merece, o gigante despertará em todo o seu esplendor, para mostrar ao Brasil inteiro a excelência do seu povo. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Neider Moreira - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, servidores, imprensa e telespectadores da TV Assembléia, em especial saudamos as Sras. Deputadas, por meio das quais rendemos nossas homenagens a todas as mulheres mineiras, brasileiras e do mundo inteiro. A dádiva sagrada a vocês concedida, de serem capazes de gerar vida, de levar graça e beleza a todo o lugar, de compartilhar com os homens todas as lutas cotidianas, ou seja, a vida em sua plenitude, que, ao contrário do que muitos pensam, fazem em pé de igualdade - o que não poderia ser diferente - com certeza é motivo mais que suficiente para tornar reconhecido não apenas o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, mas todos os dias como dias universais das mulheres.

Sr. Presidente, temos feito uso da palavra neste plenário através de intervenções nos apartes que meus nobres pares tão gentilmente têm nos concedido. Mas hoje, em especial, ocupo esta tribuna para trazer uma reflexão sobre assunto que tanto tem nos afligido e cuja discussão não pode mais ser adiada.

Refiro-me à nossa tremenda preocupação com o momento que atravessa o País, cuja gravidade está estampada no semblante do Presidente Lula.

Essa preocupação, que acredito seja compartilhada por todos nesta Casa, deve ser considerada a número um de todos os poderes constituídos e em todas as esferas. Trata-se da imperativa necessidade de se resgatar o pacto federativo. Esse resgate urge e, se não for imediato, não será possível construir o pacto social e resgatar a dignidade e as condições básicas de sobrevivência para o povo brasileiro.

Sem o resgate, ou melhor dizendo, sem a verdadeira e autêntica implementação do pacto federativo, não haverá distribuição de renda, e até os programas sociais estarão ameaçados. Não será possível gerar emprego e, conseqüentemente, faltará moradia digna, segurança e não se conseguirá acesso ao sistema de saúde - este já praticamente falido. Será que o Governo Federal pensa que centralizará as ações e resolverá todos os problemas? Sinceramente, não acredito nisso, como municipalista convicto.

Hoje as unidades da Federação estão se engalinhando numa guerra fiscal sem precedentes, já que a luta incessante na busca por recursos, que são a cada dia mais escassos, leva, paulatinamente, a uma insolvência generalizada.

É preciso estabelecer uma normatização tributária incluída no bojo da reforma tributária, que é tão necessária e até, por que não dizer, tão sonhada. Esse pode e deve ser um dos mecanismos para impedir os desatinos a que, perplexos, assistimos. Se o Presidente Lula quer governar implementando um projeto - e é nisso que por hora, acreditamos e esperamos, é preciso que haja compreensão da União, para que o bolo da arrecadação tributária seja mais bem dividido.

Os Estados e municípios têm recebido obrigações cada vez maiores. Chega a assustar o volume de políticas públicas transferidas do Governo central para os demais entes da federação. O que mais assusta é a ausência de contrapartida financeira para fazer frente aos encargos que os Estados e municípios são obrigados a suportar. Hoje, a União fica com 64%, os Estados com 24% e os municípios com apenas 12% do que é arrecadado. É ponto pacífico que o ex-Presidente Fernando Henrique abriu mão de enfrentar essa dura questão, que está levando o País à beira do caos, tudo para conseguir a reeleição.

O desprestígio político de Minas, nos últimos oito anos, é algo jamais visto na história deste País. Chegamos ao ponto de conseguir, em nossa região, mobilizar mais de 70 municípios com o PRODESCOM, que é o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste Mineiro. Para nossa surpresa, recebemos, em Itaúna, a visita do ex-Presidente Fernando Henrique, que veio conhecer o projeto e a quem foram apresentadas cinco prioridades de questões estruturais de grande relevância para o desenvolvimento da região. No entanto, nem resposta recebemos. O País não suporta mais.

O quadro que abordamos parece terrorismo. É isto mesmo: o terror se instalou. Para constatar isso, não é necessário aprofundar muito o debate. Basta comparar a carga tributária, que em 1994 era de 26% do PIB e hoje chega a astronômicos 36%. É um crescimento de mais de 1% do PIB ao ano, nos últimos oito anos de Governo, em carga tributária. O setor produtivo não agüenta mais aumento de impostos. O modelo de arrecadação é arcaico, ineficiente, inoperante e incentiva a sonegação. A distribuição do que é arrecadado não guarda nenhuma consonância com a forma de transferir responsabilidades pela execução das políticas públicas. As transformações de que o País necessita e espera passam pelas células, que são os municípios. Por isso, os municípios e os Estados precisam ser mais bem aquinhoados com os repasses de recursos. Não se trata de privilegiar este ou aquele ente federado, mas de distribuir a cada um, de acordo com as responsabilidades transferidas.

Há um flagrante desequilíbrio entre o binômio possibilidade de quem arrecada e necessidade de quem é responsável por aplicar. O risco de insolvência dos municípios e Estados é iminente. Assim sendo, a participação dos Governadores é de fundamental importância, pois são eles os líderes que trarão o debate à sociedade com respaldo das urnas. Acreditamos, veementemente, que o Governador Aécio Neves é o grande expoente, o que tem competência para liderar esse processo de discussão, para colocar Minas no lugar de prestígio que jamais poderia ter perdido no cenário nacional.

A Lei Complementar nº 101, tratada como Lei de Responsabilidade Fiscal, veio exatamente para regulamentar as ações dos governantes. Planejamento, prestação periódica de contas, responsabilização civil e criminal na administração da coisa pública e participação popular são os pilares desse instrumento tão importante que deve ser aprimorado, mas jamais ignorado.

A Assembléia de Minas, enquanto Casa Legislativa de vanguarda e quase sempre iniciadora dos debates importantes para o País, em um Estado multifacetado como o nosso deve participar ativamente do resgate do pacto federativo, numa discussão que, sinceramente, esperamos seja iniciada agora, sob pena de, não sendo realizada, assistirmos também à insolvência da União.

Trago essa discussão e essas considerações ao Plenário pelo fato de não estarmos conseguindo visualizar, no que tem sido dito nos debates políticos, a existência de um projeto de reforma tributária que parta de qualquer um dos partidos políticos no momento.

Precisamos jogar essa discussão num caldeirão para que possamos transformar a situação tributária e resgatar o pacto federativo no Brasil. Sem a existência desse pacto federativo, seguramente não teremos um pacto social realizável.

Gostaria, para terminar, de fazer um breve comentário a respeito de uma crônica que li hoje num jornal de grande circulação, que vem muito ao encontro do que penso. Ela fala sobre a situação do Estado do Rio de Janeiro na questão da segurança pública. Tenho convicção de que, se não for tomada uma atitude dura por parte do Governo central com relação à questão de segurança pública e ao combate aos narcotraficantes, teremos brevemente como no Rio de Janeiro, onde já existe um estado paralelo instalado, esse problema alastrado por todo o Brasil. Isso nos traz uma preocupação muito grande, e acho que deve ser um tema de profunda reflexão por parte da Assembléia de Minas. Agradeço a atenção. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho* - Colega Presidente e amigo, Rêmoló Aloise, demais colegas presentes, servidores e ocupantes das galerias e todos aqueles que acompanham os trabalhos da Assembléia por meio da TV Assembléia, gostaria, primeiro, de parabenizar a Deputada Ana Maria pelo seu belo pronunciamento. Tenho o privilégio de conhecer todas as belezas da região por ela citadas. Uma das grandes vocações de Minas Gerais é o turismo. Os amigos Deputados franceses que vieram aqui, há dez anos, falaram que este Estado tem o maior potencial turístico do País. Temos a cozinha mais universal do Brasil e encontramos em Minas todas as regiões do País. Quer vamos ao Jequitinhonha, quer ao Norte de Minas, quer à Zona da Mata, quer ao Sul de Minas, encontramos todos os climas e regiões do Brasil.

Quando a Sra. Erundina, então Prefeita de São Paulo, visitou Ipatinga - tive oportunidade de ir com ela a essa cidade - ficou encantada e maravilhada com as belezas que viu e falou dessa potencialidade. Acho que esse é um tema que o Governo Lula está atacando como uma das prioridades na geração de emprego; aliás, seu projeto com relação ao turismo é de, em quatro anos, poder gerar um milhão de empregos. É onde se gera mais empregos com menor custo, da maneira mais rápida, trazendo dinheiro para as regiões turísticas e para o Brasil.

Gostaria de abordar aqui essa questão do pacto federativo apresentada pelo Deputado Neider Moreira, que realmente é uma opção que precisamos fazer.

Gostaria de reiterar o convite a todos os colegas e partidos, pois, na sexta-feira, vamos lançar o fórum de debates sobre as reformas do Governo Lula, na Sociedade Mineira dos Engenheiros, com a presença do Dr. Luiz Dulci. Depois, haverá uma discussão, com a presença do PT. A partir de sexta-feira, não apenas o PT, mas também o PC do B e todos os partidos que compõem o Governo Lula estarão presentes, e esperamos contar com a participação de todos os demais partidos, inclusive os que fazem oposição, para que possamos levantar sugestões e debater temas como a reforma tributária, a reforma da Previdência e o Banco Central.

Temos reunião agendada com o Deputado Virgílio Guimarães, que apresentou emenda de organização do Banco Central. Debateremos o pacto federativo.

Gostaria de abordar a questão do funcionalismo público. Há algumas semanas, o funcionário da Casa vem lutando pela democratização e pelo respeito, para que haja plano de carreira, para que sejam respeitados a potencialidade e o trabalho de cada um. O funcionário público é visto como bode expiatório, sendo culpado por todos os problemas do País. Depois do Governo Collor, o funcionário público passou a ser considerado pior que fantasma. Dizíamos que o funcionário público estava no purgatório. Era culpado pelo déficit público e por todos os problemas nacionais.

O funcionário, assim como a população brasileira, é vítima de um sistema perverso e de um Estado que, desde o Brasil Colônia, sempre serviu ao interesse dos poderosos, das grandes elites. O Estado brasileiro sempre foi privatizado, desde a época do império. Servia a determinados grupos. Só tivemos o ingresso no serviço público, obrigatoriamente por concurso público na Constituição de 1988. Antes, os cargos públicos eram preenchidos por meio de nomeações pessoais de Governadores, Prefeitos, de todos os que detinham o poder do Estado. Se nunca tivemos discussão séria sobre o papel do Estado na era Collor e na era famigerada do neoliberalismo, o que tivemos? O que começou na Europa num outro contexto, numa outra realidade, numa outra situação econômica de desenvolvimento, veio para cá com aquela "lengalenga" de que lá temos sociedade organizada e não há os problemas que temos aqui como miséria e carência. A discussão que se fazia lá transportou-se mais uma vez para acabar com o pouco que se tinha de organização do Estado. Qual era o discurso? O Estado cuidará da educação, da saúde e da segurança.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Aproveito este espaço para fazer séria denúncia e, ao mesmo tempo, enfatizar o desrespeito com que é tratado o funcionário público no País. Em novembro de 1994, houve uma licitação, um contrato e um aditivo de contrato do DER com a construtora Centro-Oeste S.A., para recomposição da BR-381, no valor de R\$3.200.000,00, aproximadamente. Esse processo foi para o Tribunal de Contas, que avalia todos os processos licitatórios e contratos públicos. O órgão técnico, naquela época, detectou uma série de irregularidades e chamou o Sr. Dário Rutier Duarte, responsável pelo DER, e a Comissão de Licitação para justificá-las. Assim foi feito. O processo e a justificativa foram reconduzidos ao Tribunal de Contas, para que a Diretoria de Análise de Contas fizesse a revisão, e as irregularidades foram confirmadas.

Não tivemos explicações para as irregularidades naquele processo. Diante disso, o parecer do funcionário, a quem valorizo, pois fez o levantamento, foi encaminhado ao Auditor Nelson Boechat da Cunha, que, de posse do documento, daquele levantamento criterioso, opinou pela irregularidade da ocorrência, do contrato, do termo aditivo, impondo multa ao Sr. Dário e determinando o encaminhamento do processo ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

O processo foi enviado ao Ministério Público em 25/7/2002. O Promotor Rosalvo Ribeiro Mendes concluiu pelo mesmo procedimento, ou seja, penalizar os responsáveis e enviar a documentação ao Ministério Público. De maneira surpreendente, esse processo, em 24/10/2002, foi entregue novamente ao relator, Conselheiro Murta Lages, que, ignorando todo o trabalho dos servidores, feito de forma isenta e correta durante oito anos, ignorando os pareceres do Auditor e do Promotor, simplesmente votou pela regularidade do contrato no procedimento licitatório, no primeiro aditivo. Seu voto foi aprovado por unanimidade, na época, pelo Conselheiro Elmo Braz e pelo Presidente Moura e Castro.

Companheiros da Assembléia, temos de fazer alguma coisa, porque o Tribunal de Contas é um órgão que nos assessora. Quando não faz um trabalho sério, correto, desrespeitando o trabalho brilhante dos funcionários de carreira, que estão ali para assessorar e servir, fazendo um julgamento meramente político, esta Casa está sendo maculada. Temos de tomar uma providência. Já foi aprovado o requerimento que nos permite entrar no Tribunal de Contas. Isso precisa ser feito rapidamente, sob pena de este Poder ficar desmoralizado e aquele órgão continuar fazendo julgamento de contas de forma política, esquecendo-se de que ali existem Conselheiros que são pagos, e bem, para zelar pela coisa pública. Obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho* - Obrigado, Deputado Chico Simões. Realmente, os servidores públicos, em sua maioria esmagadora, são profissionais sérios. A imagem cunhada para o servidor e para o serviço público tem o objetivo de fazer com que o servidor não possa exercer sua função devidamente. O que depende deles é feito, seja no Tribunal de Contas, seja em outros órgãos. A imagem foi muito bem plantada. O Estado, naquilo que interessa ao funcionamento do capitalismo nos setores de ponta, funciona, e bem. Mas no que interessa à maioria da população o Estado não funciona, porque não é de seu interesse.

Temos de discutir a máquina pública, o que o Estado precisa em termos de serviços públicos, ouvindo a população. Não cabem mais medidas ou atitudes do passado, quando, de forma extremamente autoritária, as autoridades brasileiras decidiam pela população. Hoje, infelizmente, isso ainda ocorre.

O Governador Aécio Neves desmentiu as notícias que foram consideradas oficiais, ou seja, a extinção dos quinquênios, férias-prêmio e apostilamento. Temos de discutir, em primeiro lugar, a finalidade dos serviços públicos, além de adequar a máquina aos interesses da população em todas as áreas. É preciso discutir a carreira dos servidores públicos. Na época da ditadura e em outras épocas, o servidor, que era muito mal remunerado - e grande parte ainda o é -, recebia alguns penduricalhos, com o objetivo de ocultar a falta de plano de carreira, que ainda não existe na maioria dos órgãos públicos. Temos de discutir também uma política de profissionalização séria e decente para os servidores públicos.

A meu ver, independentemente dos méritos que precisamos discutir, o Governador começou mal com lei delegada. Não se produzem modificações nos órgãos sem discussão de demandas e necessidades. O Governador Tancredo Neves gostava muito de fazer isto: soltava um bode, um boato, media a reação - nunca era ele quem dizia - e depois desmentia, dependendo da reação e de como as coisas ocorriam. Espero que essa não tenha sido a tática do Governador. Se o Vice, ou quem quer que seja, anunciou oficialmente que essas medidas viriam sob a forma de projeto para a Assembléia, é natural que deveria haver estudos nos órgãos técnicos do Governo. Vamos discutir carreira. A do magistério, por exemplo, tem sido motivo de requerimento do nosso Líder Rogério Correia, para que esse assunto volte a ser discutido, já que o projeto foi enviado pelo Governo e posteriormente barrado, porque o Governo não queria. Nesse contexto, precisamos discutir a profissionalização e o apostilamento do servidor público, maior vítima de um Estado que não atende às necessidades do povo brasileiro.

Espero que a Mesa atenda ao apelo do Deputado Rogério Correia. Que haja também sensibilidade e atitude democrática por parte do Governo, o que não vem ocorrendo em relação aos servidores públicos e demais segmentos. Solicito ainda que possamos dar exemplo nessa questão do plano de carreira, discutindo com todos os servidores, hoje e amanhã, de forma a votarmos um projeto em comum acordo com a categoria, que busca a carreira e a profissionalização.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Gostaria de esclarecer alguns pontos. Se o Governador Aécio Neves quisesse fazer o mesmo que o Governo fez, enviando projeto do plano de carreira, teria que esperar até julho ou outubro do ano que vem, e o faria para o outro Governador cumprir. Se quisesse fazê-lo, teria mandado o projeto no início.

Já está esclarecido que o Governador de Minas Gerais se chama Aécio Neves. Quando o Governo quiser pronunciar-se, o fará através do próprio Governador ou do seu porta-voz. Esse disse-me - disse já foi mais do que confirmado pela imprensa. Aécio Neves, quando tiver em suas mãos aquilo que deseja modificar, o remeterá para o Plenário desta Casa.

O Estado Brasileiro, ou seja, os Governos Federal, Estadual e Municipal vivem momento sério, gerado pelo peso da máquina administrativa. No meio do caminho, o imperador Fernando Henrique I, depois Fernando Henrique II, deu-nos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não se trata de lei ruim, é boa. Porém, obriga os entes da Federação a ajustarem-se a ela no meio do caminho. Então, é preciso reduzir a folha de pagamento do nosso Estado em 60%, mas ela já está em 72%. E ainda há o problema previdenciário, que não foi resolvido. Queremos que o Congresso Nacional se manifeste sobre isso. Somente a Previdência consome quase 50% da folha de pagamento em Minas. Ao discutir a questão dos servidores, precisamos discutir também a viabilidade do Estado diante das exigências do custeio da máquina. Não podemos criar despesas sem descobrir de onde virão as receitas.

A própria Lei de Responsabilidade Fiscal diz que não se pode ultrapassar o limite de 60%, que é o caso de Minas Gerais. Precisamos - esse é o trabalho que o Governador Aécio Neves tem feito - atrair investimentos para Minas, melhorar a máquina arrecadadora, resolver a questão previdenciária e, só depois, fazer uma discussão sobre a própria máquina. Todos desejamos o plano de carreira, mas é preciso saber que gastos irá gerar e de onde virá a receita para cobri-los. O próprio Governo Federal tem dificuldades na sua administração, cuja máquina é extremamente enxuta, mas a máquina do Estado, como um todo, é pesada. As correções precisam ser feitas, mas com responsabilidade para que, a cada despesa, corresponda uma receita. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Roberto Carvalho* - Agradeço, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Humberto Carneiro - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos aqueles que a nós assistem, sinto-me honrado pelos mais de 60 mil votos que recebi do povo mineiro e, em especial, da minha região. Agradeço o voto de cada eleitor que depositou em mim sua confiança. Minha forma de retribuir será prestando um trabalho eficiente, digno de todo o povo mineiro. Agradeço também a forma gentil e acolhedora com que fui recebido pelos colegas Deputados. Agradeço aos servidores desta Casa, que muito me têm sensibilizado com sua atenção, simpatia e competência.

Caros Deputados, a união faz a força, disto todos sabem. Afinal, quebrar um graveto isolado é fácil, mas, se unirmos vários gravetos, ficará mais difícil quebrá-los de uma só vez. Sabemos das dificuldades por que Minas está passando. Sabemos também dos terríveis efeitos provocados pela chamada guerra fiscal. Mais que driblar esses efeitos, precisamos de soluções urgentes, e essa busca de soluções motiva-me a ocupar esta tribuna. Minas tem pressa, o Triângulo Mineiro tem pressa. Nos últimos anos, Minas Gerais viu o número de suas empresas ser reduzido, algumas fecharem e outras migrarem para outros Estados em busca de vantagens tributárias e incentivos. Segundo o jornal "Estado de Minas", desde 1999 o número de empresas que fechou as portas cresceu em mais de 30%. O Estado perdeu, nos últimos oito anos, mais de 27 mil empregos diretos e indiretos, em função da transferência de 14 grandes indústrias para outras regiões do País. Minas precisa voltar a atrair novos negócios, uma vez que estamos perdendo oportunidades para Goiás, São Paulo e Bahia. O fato de a carga tributária mineira ser maior que a dos outros Estados, provoca uma fuga de investimentos. E ninguém quer estimular essa guerra fiscal, pois isso vai contra os interesses da Federação. Precisamos enfrentar esse problema com coragem, como está fazendo nosso Governador Aécio Neves, que está resgatando a força e o prestígio político de Minas, para a construção de uma proposta tributária que acabe de vez com os efeitos da disputa fiscal.

O Governo Aécio possui todas as condições de alavancar a economia do Estado. E o Triângulo pode contribuir com essa empreitada.

O Triângulo Mineiro é uma região próspera, economicamente ativa e com uma grande capacidade de expansão empresarial. O solo é rico e sua gente possui a maior de todas as riquezas: a disposição para o trabalho.

Temos uma boa infra-estrutura. Se somarmos o Triângulo Mineiro ao Alto do Paranaíba e ao Noroeste de Minas, nossos vizinhos que possuem as mesmas vocações econômicas e características geográficas e sociais, seremos detentores de mais de 70% da produção de grãos, com destaque para 98% da produção de soja.

As três regiões juntas detêm o maior parque agroindustrial do País e abrigam o maior centro de pesquisa biotecnológica do mundo. O maior pólo atacadista da América Latina está na nossa região. Temos a maior capacidade armazenadora de grãos do País e abrigamos o maior complexo gerador de energia de fonte hidrelétrica do Estado.

Tudo isso nos permite contribuir com mais de 30% do PIB do Estado; mas, em contrapartida, recebemos muito pouco em benefícios. Temos perdido nossas empresas para outros Estados, e nossos índices de desemprego crescem assustadoramente.

Entretanto, apesar dessas dificuldades, ainda temos como ajudar o Estado. Só que antes disso precisamos de ajuda também.

O fato de o Triângulo se sobressair em tantos aspectos, e ser visto aos olhos de muitos como independente, não significa que possa caminhar sozinho, ou que a solução para os nossos problemas seja a emancipação. Da mesma forma que o Estado precisa do Triângulo, o Triângulo precisa do Estado. É um caminho de mão dupla.

Como disse no início, o momento é de união. Questões políticas mal resolvidas, há muitos anos, prejudicaram a nossa região, que deixou de receber novos investimentos. Da mesma forma, outras regiões também foram preteridas por Governos anteriores. Nossa população, de tanto sofrer privações, cresceu e amadureceu, possibilitando uma grande vitória nas urnas.

Nossa região conquistou a maior bancada de todos os tempos. Hoje contamos 11 Deputados Estaduais, 1 Senador, 5 Deputados Federais, 1 Ministro e 2 Secretários de Estado. Em termos de representatividade, isso é um fato inédito na nossa história. Antes tínhamos só a força econômica. Agora temos também a força política. Podemos e queremos fazer a nossa parte. Precisamos promover a integração da região com o Estado. E a nossa sociedade, com todo o direito, está cobrando-nos.

Temos de abrir caminhos e melhorar as condições para a atração de novos investimentos. Isso permitirá maior geração de empregos e crescimento da economia do Estado como um todo.

O País enfrenta uma crise e já tem problemas demais. Não queremos promover uma guerra fiscal, mas, se o nosso Governador Aécio Neves sentir necessidade de tomar medidas mais drásticas, terá todo o apoio.

Queremos ajudar, temos grande potencial, estamos sintonizados com o Governo Estadual, mas precisamos de respaldo.

O tempo é de mudanças e estamos afinados com esse tempo. Passamos por um profundo amadurecimento da nossa sociedade, que hoje se sente mais fortalecida, ao conquistar, pela primeira vez, tantos representantes. E a união das forças políticas da região, mais que o fortalecimento de um grupo e de uma causa, significa maturidade política.

A bancada da nossa região não é fruto de acordo político. Surgiu das urnas, com legitimidade, pelo voto direto. Tornou-se a maior bancada regional.

Esse grupo está unido e quer lutar pela integração da região com o Estado. Seus membros não visam a interesses pessoais, pois sabem que, em perfeita integração, Estado e região serão beneficiados.

Acima dos interesses partidários, propõem-se a dar sua contribuição em benefício do desenvolvimento da região.

Agora, permito-me nomear esta bancada, que surgiu das urnas: Adelmo Carneiro Leão, Antônio Andrade, Elmiro Nascimento, Fahim Sawan, João Bittar, Leonídio Bouças, Paulo Piau, Ricardo Duarte, Weliton Prado, Zé Maia e o orador que ocupa esta tribuna.

Temos um bloco regional, porém sem caráter regionalista. Defendemos sempre interesses do Estado como um todo. Além disso, temos o dever de representar os interesses das nossas bases. Olhamos para a região como forma de contribuir cada vez mais com o Estado. Quanto mais acolhemos empresas, mais empregos proporcionaremos; quanto mais qualidade de vida conquistarmos, mais desenvolvimento irradiar-se-á por todo o Estado.

A estrutura federativa requer esforço conjunto, isento, visando ao Estado e, conseqüentemente, ao País como um todo. Para obtermos sucesso com a nossa tarefa, temos duas crenças. Primeiro, temos certeza de que os integrantes da Bancada da nossa região estão imbuídos de responsabilidade. Segundo, acreditamos que podemos contar com a compreensão e o apoio dos demais parlamentares desta Assembléia Legislativa, sem o que nossa proposta de integração, que favorece todo o Estado, não teria sucesso. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, não poderíamos deixar de manifestar nossa indignação diante das notícias veiculadas nos últimos dois dias pela imprensa, no Estado de Minas Gerais. Será, Sr. Presidente, que a redução de gastos com pessoal, que afetará a motivação do servidor, vai atender ao interesse público? Será que uma coisa não vai excluir a outra?

Diante do desafio de equilibrar o orçamento mineiro, a mesa de negociação foi posta novamente como se o servidor público fosse o grande privilegiado, que deve perder todas as "regalias", sem trazer à tona as mazelas e dificuldades com que trabalha todos os dias. No mínimo, já chegam os servidores diante do Governo perdendo espaço e não podendo negociar opções para preencher o vazio nos instrumentos de motivação no serviço público.

Não é que não seja devido controlar as despesas com pessoal, mas, honestamente, não creio que seja justa e adequada a proposta do Executivo Estadual de, primeiro, cortar benefícios como os quinquênios e as férias-prêmio, para, em tempo posterior - muito incerto, diga-se de passagem - começar a discutir plano de cargos e salários. Qualquer bom jogador entenderá que uma cartada como essa é sempre muito perigosa.

Ora, a grande maioria dos servidores do Estado se debate com a total ausência de perspectiva de crescimento profissional, uma vez que não há progressão nem promoção na carreira na qual entraram, porque as próprias carreiras não são implementadas como uma política de pessoal séria. Restam apenas os quinquênios e as férias-prêmio a dar algum alento de melhoria salarial escassa e de recompensa pelo tempo trabalhado para o Governo Estadual.

Se o servidor só é visto como custo, se só é visto, acima de tudo, como despesa a ser contida, como, então, os milhares e milhares de servidores estaduais poderão atender - motivados - às funções que são chamados a desempenhar?

Ao aceitarmos que a culpa pela dita crise do Estado recaia integralmente sobre os servidores - num absoluto esquecimento de que gestões passadas tornaram inviável o equilíbrio das contas mineiras -, estaremos cometendo grande injustiça com o lado mais fraco da história, como infelizmente ocorre na maior parte das vezes.

Nesse sentido, vale não nos esquecermos de que, quando o Governo Federal veio, recentemente, defender a unificação dos regimes de previdência, para retirar os "privilégios" dos servidores públicos, os militares foram os primeiros a se levantar e questionar. Na ocasião, foi dito que a manutenção do sistema de aposentadoria integral e equivalente à remuneração dos ativos para os militares seria um absurdo, e a própria revista "Veja" chegou a defender que os direitos adquiridos dos militares correspondiam ao sinônimo moderno da escravidão. Ou seja, para o Governo e para a mídia enviesada, a aposentadoria dos militares e de Juizes seria tão injusta quanto a propriedade de escravos do Brasil colonial.

O grito que ora queremos expressar é que ninguém, nessa ocasião de caça às bruxas no "rombo da Previdência", se levantou para defender direitos iguais dos militares em relação aos trabalhadores celetistas. Como o Governo sabe, mas faz questão de desconsiderar, os militares não têm hora-extra, adicional noturno, adicional por periculosidade e FGTS, entre outros vários mecanismos de proteção do trabalhador exposto a um ritmo de trabalho alucinante e perigoso. E, mesmo não tendo todos esses direitos, que qualquer trabalhador normal teria se se submetesse a condições similares às dos militares, estes aceitam passar anos a fio sob tais condições, por vezes, desumanas, justamente porque esperam uma aposentadoria que lhes recompense toda uma vida de dedicação e trabalho.

Retomando a questão inicial sobre a redução dos gastos com o funcionalismo público estadual, tenho uma posição firme, da qual não posso, sob pena de desconsiderar o próprio interesse da sociedade, abrir mão. Tenho forte convicção de que, sem uma discussão simultânea a respeito do aprimoramento da relação Estado-servidores, apresentar propostas "urgentes" e "imprescindíveis" de redução de gastos com folha de pagamentos, à custa da extinção de benefícios, torna-se um exercício falacioso, senão extremamente prejudicial ao próprio interesse público - no sentido de que servidores desmotivados não conseguirão desempenhar bem suas funções. Entra-se, portanto, na seara de desatender a finalidade pública quando mais ela é argüida.

Aqui vale, então, o questionamento sobre se o interesse público da responsabilidade fiscal e da contenção de despesas com pessoal é assim tão dissonante em relação a uma política de pessoal bem estruturada. A resposta há de ser negativa, se levarmos em conta que é justamente uma complementação de instrumentos em prol de uma administração pública democratizada e eficiente. Se se complementam, pergunto novamente ao Executivo, aos servidores e aos demais interessados, por que o Governo mineiro privilegia temporal e materialmente o tema da restrição de benefícios remuneratórios dos servidores? Por que se descuida do elevado impacto negativo de incluir na agenda de reformas os ditos "privilégios", se se desconsidera que são os próprios servidores os maiores prejudicados por uma completa ausência de perspectiva de evolução no serviço público estadual? Com isso, só se gera mais e mais desmotivação, além, é claro, da precarização dos serviços prestados à população.

Nesse sentido, falar de contenção de gastos pura e simplesmente não poderia, em um Estado democrático de direito, vir como argumento ultrapoderoso para tangenciar direitos adquiridos, direitos expectados e todo o conjunto de políticas públicas que estão aí por serem feitas. Ora, se é certo que as demandas são muitas e os recursos são escassos, não menos certo é também o fato de que a um governo a que falta legitimidade no atendimento básico aos anseios da população, como o da Argentina atualmente, pouco adiantará haver "responsabilidade fiscal" ilibada. Aliás, quem disse que governo foi feito para dar lucro em detrimento da garantia de que a sociedade será atendida?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, entendemos que o Governo e, em especial, o Governador Aécio Neves, à frente desse Governo, atravessam um momento difícil por questões financeiras. Mas não vamos admitir, em hipótese alguma, que o servidor público estadual seja escolhido, mais uma vez, como bode expiatório. Como eu disse aqui antes, o servidor público não pode pagar pelas más administrações do passado, de um passado recente. O tema central deste pronunciamento é a questão do custo-benefício que envolve o recurso humano desta administração estadual.

O servidor ouvi falar sobre o aumento salarial de Deputados, Procuradores, Desembargadores e Secretários de Estado. Ao mesmo tempo, ouvi-se a notícia, dada pelo Vice-Governador, de que estaria sendo estudado um projeto de lei para cortar benefícios, tais como férias-prêmio e quinquênio. O servidor público conta única e exclusivamente com a certeza de ter, a cada cinco anos, 10% de reajuste. Portanto, isso cai como uma bomba na cabeça daqueles que estão, no dia-a-dia, cuidando da segurança pública, da saúde e da educação.

Fico imaginando como me sentiria se estivesse no comando de uma viatura e soubesse que meu quinquênio seria cortado. Esperando e contando com aquele aumento de 10%, tive a felicidade, certamente num ato de coerência e responsabilidade, de receber do Governador Aécio Neves uma ligação, por volta das 13 horas, relatando que dele não havia partido aquela iniciativa. Apenas havia solicitado estudo à administração. Em momento algum propôs que fosse elaborado projeto de lei cortando tais benefícios. Tenho certeza e convicção de que o Governador, em sua lucidez, não tomaria tal atitude. Entretanto, não poderia deixar de estar aqui manifestando nossa opinião, mesmo porque represento boa parcela de servidores públicos, e, assim, não poderia me calar diante das informações transmitidas pelos veículos de comunicação.

Quero deixar claro que não aceitaremos o corte de quinquênio do soldado, da professora, do médico e da enfermeira que esperam que o tempo chegue. O único benefício concreto e real com que o servidor pode contar são, exatamente, os 10%.

Disse ao Governador Aécio Neves para abrir um canal de diálogo com os servidores públicos e, em especial, com esse Deputado e outros que lideram essa parcela de servidores, para que possamos negociar, sentar à mesa e discutir as questões dos servidores, antes que nos deparemos com uma situação insustentável.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero cumprimentá-lo por sua dedicação como Deputado que tem lutado a favor dos trabalhadores. Quero assumir também o compromisso de estar ao lado deles, defendendo-os. Trabalhei como professora em escola pública durante 25 anos. O salário do servidor público ainda não condiz com seu papel, sua função. Sabemos que a quase totalidade, se não a totalidade, realmente veste a camisa, defende de fato sua função. No caso do professor, dá a vida para que crianças, jovens e adolescentes possam ter educação e futuro garantido. Nosso compromisso é lutar. V. Exa. tem nosso voto e apoio contra a extinção do quinquênio e dos direitos já garantidos dos servidores públicos.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço a nobre Deputada. Há mais ou menos seis meses recebi uma carta de um soldado de Unai solicitando empenho para conseguir, pelo menos, que a CEF aceitasse financiamento de casa própria. Vejamos o absurdo: o policial, devido à profissão que exerce, não poderia fazer o financiamento. A Caixa, em resposta ao policial e a este Deputado, disse que o risco da profissão era um dos pontos que inviabilizaria o financiamento. Vários servidores passam hoje por essa situação.

Governador Aécio Neves, a notícia de que haveria a possibilidade de não mais receber seus 10% a cada cinco anos caiu como uma bomba sobre aquele policial, que, dentro de uma radiopatrulha, combate o crime durante a madrugada. Caiu como uma bomba na cabeça daqueles

que estão morrendo ao defender a sociedade. Temos registro de 5 homicídios de policiais nos últimos 30 dias, além de um Detetive da Polícia Civil que foi assaltado e sofreu tentativa de homicídio. Não podemos permitir que isso aconteça. Tenho certeza de que não só o PDT, com sua lucidez, mas também os demais parlamentares não o permitirão.

Portanto, fica registrado o nosso posicionamento e o da Bancada do PDT com relação às questões que dizem respeito ao funcionalismo público. Aceitamos discutir os planos de carreira. Solicito que o Governador Aécio Neves envie a esta Casa, o mais rápido possível, a Lei Orgânica da Polícia Civil e o Estatuto dos Militares. Aí vamos discutir a política salarial dos servidores antes de pensar em cortar qualquer benefício, que não é privilégio, mas benefício conquistado ao longo do tempo.

Sr. Presidente, já que estamos falando sobre equilíbrio fiscal, benefícios e cortes, apresentamos um substitutivo, na segunda-feira, ao projeto de resolução que esta Mesa apresentou com o objetivo de acabar definitivamente com a carreira dos servidores desta Casa. Conforme o nosso substitutivo, devemos, em primeiro lugar, designar uma comissão de Deputados e ouvir os parlamentares e não apenas alguns técnicos desta Casa que estão assessorando o Presidente de forma inadequada, levando-o a uma situação de confronto com outros Deputados, que também não concordam com essa política adotada.

Portanto, apresentamos o substitutivo, a fim de garantir que a carreira dos servidores do Poder Legislativo seja mantida até que possamos discutir o assunto numa comissão paritária, composta de Deputados, servidores e administradores da Casa. Então, ao longo de um debate, poderemos elaborar um projeto de lei. Poderíamos até cortar a cabeça dos marajás existentes nesta Casa. Os servidores não querem manter um patamar alarmante de salários, como ocorre atualmente.

Devemos discutir essa questão com seriedade. O Deputado Doutor Viana esteve comigo, juntamente com a comissão de servidores. O Presidente Mauri Torres disse que revogaria a Deliberação nº 2.327. Infelizmente, Doutor Viana, para nossa surpresa, o Presidente apresentou um projeto de resolução, extinguindo tudo, não apenas o prêmio de "performance" dessa bendita deliberação, mas também o projeto de resolução anterior, acabando com a carreira dos servidores, que estava estabelecida há 12 anos.

Não aceitamos isso de forma alguma. Os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Durval Ângelo e Doutor Viana já se manifestaram. Vários outros companheiros se manifestarão, porque a posição da Mesa deixa os outros 70 Deputados numa situação delicada. Como podemos, Deputado Alberto Bejani, aceitar que a Mesa tome essa deliberação, num projeto de resolução, em que ela mesma dará o parecer, sem ouvir sequer o Colégio de Líderes?

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, ratifico as palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Como Líder da Bancada, digo com todas as letras que não aceitamos projetos enfiados goela abaixo. Estamos do lado do servidor, para que este não seja prejudicado. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço ao Deputado Alberto Bejani, nosso companheiro na Comissão de Administração Pública e Líder do PFL.

Fico tranqüilo ao saber da posição do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, Deputado Sebastião Navarro. Nós, Deputados, temos a obrigação de ser guardiões da Constituição Estadual. A resolução apresentada pela Mesa nem sequer ouviu o Colégio de Líderes. Disse ao Presidente ontem: "Presidente Mauri Torres, V. Exa. precisa ouvir e conversar com os Deputados". Não poderemos passar um cheque em branco, da forma como foi colocado esse projeto, ou seja, a Mesa apresenta, ela mesma dá o parecer e nós, Deputados, o aprovamos ou não em Plenário. Portanto, trata-se de projeto que deve ser mais bem estudado, já que estamos alterando uma carreira estruturada há 12 anos. Se tiver gordura ou privilégios, este Deputado estará com o Presidente para cortá-los, e não para prejudicar o funcionalismo desta Casa, que certamente sairá prejudicado com a revogação.

Também não queremos o Substitutivo nº 1. Apesar de não me recordar do artigo, ele simplesmente determina que, no prazo de 180 dias, a Mesa propore outro plano de carreira. Isso não queremos. O que queremos é que em 180 dias a Casa venha a implementar nova estrutura, novo projeto, definido, acabado e votado. Então, apresentamos emendas e substitutivo ao projeto e pedimos o apoio dos demais companheiros para que possamos trazer lucidez a esta Casa e àqueles em quem confiamos a direção: os membros da Mesa. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, caros parlamentares, prezada assistência, telespectadores da TV Assembléia, como vários Deputados desta Casa, trago minha apreensão e preocupação com o projeto de resolução apresentado pela Mesa, que trata da estrutura interna da Assembléia Legislativa. É um assunto delicado e polêmico. Trago nossa discordância com relação à forma e ao encaminhamento. Entendemos que algumas reformas e mudanças sejam necessárias, mas, o que reivindicamos à Mesa e trazemos ao Plenário é o encaminhamento desse assunto. É preciso que haja maior transparência e participação dos parlamentares e dos servidores da Casa, que serão atingidos. Até agora isso não aconteceu. Por isso, nossa apreensão é grande. Solicitaremos ao Presidente e aos demais membros da Mesa que, daqui em diante, quando se tratar de assuntos administrativos importantes e questões políticas decididas pelo Plenário ou comissões, que seja cumprido o ritual de manutenção semanal de reunião da Mesa com o Colégio de Líderes. Está faltando comunicação e informação. Não é possível tomar boas decisões, sem o devido conhecimento do assunto.

Confesso que, como Líder do maior bloco parlamentar da Casa, levei um susto quando esse projeto apareceu na pauta de votação. Soube o conteúdo da matéria apenas porque a vi na pauta de hoje e procurei informações rápidas e superficiais. Não tenho condições de discutir essa matéria porque não a conheço. Portanto, nossa crítica é quanto à forma do encaminhamento, não entrando no mérito da discussão por desconhecimento do assunto. Entraremos no mérito em outro momento. Queremos que o processo seja mais democrático, aberto e transparente, para que todos possam dar sua contribuição. Entendemos o elevado espírito da Mesa ao querer implementar uma reforma rápida. Estamos de acordo com esse alto objetivo da Mesa, mas queremos ter o direito de participar, ser ouvidos e contestar medidas com as quais, porventura, não estejamos de acordo.

Gostaria, também, de trazer uma discordância com relação a informações, ainda não oficiais, de que a Mesa quer manter uma deliberação da Mesa anterior, do tempo do Deputado Anderson Aduato. A deliberação estabelece que todo projeto de resolução da Mesa, ao ser elaborado, não pode ter sua análise requerida pela Comissão de Justiça. Entendemos que isso é cercear as comissões da Casa e fere o Regimento, pois entre as funções de competência privativa da Mesa não está inserida a análise de projetos de resolução. Ela tem poder privativo para iniciar a matéria, mas o Regimento não diz que somente a Mesa pode analisar. Isso foi uma invenção de cunho altamente autoritário, com o objetivo de cercear o debate. É preciso quebrar essas amarras e dar condições para que a comissão permanente que trata da juridicidade e constitucionalidade das leis possa ser consultada quando a Mesa iniciar alguma matéria. A Mesa precisa entender que as outras comissões não irão contestá-la, mas trazer contribuições para ampliar o debate. Na medida em que se cerceia o trabalho da Comissão de Justiça, estamos tratando com dois pesos e duas medidas matérias importantíssimas. Em qualquer matéria encaminhada pelo Governador de Minas que trate dos mais altos e complexos interesses do Estado, a Comissão de Justiça pode opinar, mas nos assuntos tratados pela Mesa não? Será que as decisões da Mesa são mais importantes que as iniciativas do Governador, com repercussão em todo o Estado e, talvez, no País? Não podemos ter esses dois pólos. A Comissão de Justiça deve ter a competência, se o Plenário assim o quiser, de ser consultada sobre qualquer matéria. Iremos apresentar uma questão de ordem formal em momento oportuno, e se a Mesa não acatá-la iremos recorrer ao Plenário. Iremos até o fim nessa luta, porque queremos democratizar a tramitação de projetos na Casa. Quero frisar que isso não é iniciativa desta Mesa, é herança, que a atual quer manter. Entendemos que não seria de bom alvitre a continuidade desse expediente.

Na condição de Líder do PSDB, partido do Governador, e do maior bloco de sustentação do Governo na Casa, trago palavras tranquilizadoras. Tenho visto e ouvido notícias nos diversos órgãos de comunicação, e há pouco, na tribuna, o Deputado Sargento Rodrigues tratava do assunto referente à extinção de benefícios dos servidores.

Ontem estivemos, com um grupo de parlamentares, com o Governador, tratando dessa questão. O Governador foi muito enfático - como o foi na sua entrevista concedida à imprensa mineira. Não há proposta objetivando acabar com benefício nenhum. Existem estudos e levantamentos nas diversas áreas do Estado. Seria irresponsabilidade um Governador, que inicia seu mandato herdando dívidas e problemas, não colocar sua equipe para fazer o mapeamento desses problemas, um diagnóstico da situação. É isso que está fazendo, levantando os problemas do Estado nos diversos setores.

Por erro, talvez, de interpretação, entendeu-se que uma opinião emitida pelo Vice-Governador, que estava no exercício do Governo, era posição do Governo. Não é verdade, representava apenas uma opinião pessoal, talvez não avaliando a repercussão que suas palavras, na condição de Vice no exercício do Governo, teria na sociedade.

O Governador deixou claro que as posições de Governo serão implementadas, iniciadas e comunicadas pelo Governador à sociedade. Com relação ao funcionalismo público, também deixou claro que qualquer iniciativa será transparente. Antes de encaminhar qualquer proposta, ouvirá as lideranças sindicais, iniciará debates, colherá sugestões e conversará com os parlamentares. Quando qualquer proposta atinente ao funcionalismo for encaminhada à Assembléia, a sociedade terá conhecimento prévio, ninguém se surpreenderá.

Trago palavras tranquilizadoras, porque o nosso Governador é um democrata, que herdou dificuldades sérias, gigantescas, e quer enfrentar esse desafio, dotando o Estado de capacidade para enfrentar os problemas passados e atuais, construindo aquela Minas que todos queremos.

O Governador - precisamos nos lembrar -, antes de assumir o Governo de Minas, trabalhou com afinco, denodo e esforço extraordinário para conseguir, no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que já estava praticamente anestesiado, com sua capacidade de trabalho, esforço e eficiência, recursos para pagar o 13º salário.

Diversos Estados, Rio de Janeiro é um exemplo, vivem as agruras de salários atrasados e 13º que ninguém recebeu. Minas não vive essa situação, graças ao Governador, eleito na época, Aécio Neves.

Não é possível levantar suspeitas, posições, suposições nem fazer cavalos de batalha com base em posições inexistentes.

Quem governa e inicia as ações do Estado é o Governador Aécio Neves. Irá ele, no momento exato, levantar e anunciar questões - como está fazendo -, mostrar e quantificar problemas e iniciar um grande debate, visando encontrar caminhos e rumos para enfrentar os desafios. E não conseguir apenas paliativos que se transformem em bombas de efeito retardado, para explodir daqui a alguns meses ou anos.

Estamos há pouco mais de 60 dias de Governo - que se iniciou bem. É um Governo seguro, com rumo e norte, que lidera, que tem dimensão nacional, que conhece e sabe da importância do papel de Minas no cenário nacional.

Vai devagar, bem ao estilo mineiro, sem alarde, mas com segurança, recolocar Minas em seu patamar e em sua condição de Estado influente. E ainda como referência de boas ações e medidas, de bom governo, como sempre foi no passado e será, se Deus quiser, no futuro próximo.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado, quero fazer uma observação, apesar de já haver falado antes com V. Exa., sobre a manifestação feita por alguns Deputados desta Casa a respeito do que foi dito pelo Vice-Governador Clésio Andrade. Dizem que foi um teatro orquestrado pelo Governador Aécio Neves.

Pelo pouco que conheço do Governador e do convívio com ele nesse seu tempo de vida pública, sei que não precisa fazer isso. O que ele tem que falar, não deixa de falar. Além disso, é uma pessoa que fica vermelha na hora, mas não fica amarela para o resto da vida.

Então, entendo que essa questão não pode ser abordada dessa maneira que alguns parlamentares, algumas lideranças e até mesmo alguns jornalistas fizeram hoje nesta Casa. Dizer que foi orquestrado pelo Governador, pedindo ao Vice-Governador para falar de determinada forma, ou melhor, que tudo já estava combinado, não é a maneira certa. Pelo pouco que o conheço, e V. Exa. também, vejo que o que o Aécio tem de falar, ele mesmo fala e assume o que diz. Temos que deixar bem claro, em alto e bom som, que quem governa e fala é o Governador, como ele próprio disse. O Governador não manda recado na sua vida pública. Não está querendo colocar balão de ensaio. Pessoas que estão tentando desarticular com má-fé este Governo, ou seja, o Governador sério, é que agem assim.

V. Exa., como Líder do PSDB e deste bloco, tem de deixar isso bem claro. Todos os Deputados que conhecem um pouco o Governador Aécio Neves sabem que não manda recado, pois o que tem que dizer ele diz. Além disso, doa a quem doer, ele assume. Já presenciei, em várias oportunidades, Aécio tomar suas posições e não jogar para a platéia. Não precisa falar nem pedir para falar a fim de ver o que acontecerá. Temos de deixar isso bem claro, pois o que se está tentando implantar hoje não é correto, principalmente ao ver um governo sério como o do Governador. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a oportuna intervenção de V. Exa., destacando aqui um aspecto importante que precisa ser frisado. Obviamente, essas questões menores, levantadas por alguns setores, de que o ocorrido seria uma jogada política ou um balão-de-ensaio, não têm cabimento. Um homem com a estatura e a experiência, a vivência e o preparo, o conhecimento e, geneticamente dizendo, originário de uma família tradicional da política mineira, em hipótese alguma precisaria usar expedientes menores desta forma. Muito menos o Vice-Governador de Minas se submeteria a essa situação. Isso está fora de discussão. Realmente, o Vice-Governador emitiu, como admitiu, uma opinião pessoal. Qualquer cidadão pode emití-la, pois o Governo é democrático. Podemos ter opiniões discordantes, mas quem decide e fala pelo Governo é o Governador. Isso talvez tenha gerado confusão, porque o Vice, ao dar a sua opinião, estava no exercício da função. Assim, houve a confusão de que ele, como Vice-Governador, no exercício do Governo, estaria falando em nome do Governo. Na verdade, não foi isso.

Então, a questão é muito clara. Entendemos que isso é normal na vida pública. As pessoas muitas vezes cometem algumas falhas de avaliação. Isso é normal, pois ninguém é perfeito. Porém, não vamos prolongar um assunto que já foi esclarecido pelo próprio Governador. Não há motivo de deixar ficar rendendo algo que realmente não tem cabimento.

Quero encerrar as palavras, Sr. Presidente, agradecendo a deferência de V. Exa. por conceder aos parlamentares, às galerias e aos telespectadores da TV Assembléia o tempo solicitado. Muito obrigado.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/3/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

nomeando Ronam Pedro Amorim para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando Fabricio Rebelo de Aguiar do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

exonerando Waleska Velloso Fargnoli de Araújo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Hilton Luiz Cacique Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Samuel Reis Cangussu para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Navarro Vieira

nomeando Marcos Roberto Pinheiro de Lacerda para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Almenara. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Campos Gerais. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Delta. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Pouso Alegre. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de São Francisco Sales. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos da art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Gabriela Cecília Ramos Torres. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Gilson Barros Costa. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 15/3/2003, na pág. 21, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Doutor Viana", onde se lê:

"Nice Gonçalves Fissicaro", leia-se:

"Nice Gonçalves Fissicaro Araújo".